

TRABALHO FINAL DE URBANISMO V

SEMESTRE 2004/1

# **A BACIA DO ITACORUBI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
ARQUITETURA E URBANISMO  
URBANISMO V  
PROFESSOR ROBERTO GONÇALVES DA SILVA  
SEMESTRE 2004/1

TRABALHO FINAL DE URBANISMO V

# **A BACIA DO ITACORUBI**

DANIEL COLLARES  
FÁBIO HYOSHIHARO MIKUNI DE FREITAS  
LAIR SCHWEIG  
LETÍCIA CARNEIRO DE FIGUEIREDO  
MARIANNE GRÜDTNER  
ROBERTO MARQUETTI  
THAÍS FIGUEIREDO  
THIAGO PEREIRA MARTINS  
VICENTE NASPOLINI  
WELLINGTON TISCHER

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2004.

## **AGRADECIMENTOS**

*Ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) através da página da Internet, pelas informações prestadas e o empréstimo de material.*

*Aos professores Maria L. Hermann (através da bolsista Natália), Joel Pellerin pela atenção dispensada e pela prestação de importantes dados na realização deste trabalho.*

*E a todos que nos ajudaram, direta ou indiretamente, nesta empreitada de um ano para realização deste valoroso trabalho.*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	6
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	10
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	11
<b>4. CAPÍTULO I</b> .....	12
<b>4.1. Referencial Teórico-Methodológico</b> .....	12
4.1.1. Fichamentos.....	12
4.1.1.1. Geografia Cultural.....	12
4.1.1.2. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática.....	13
4.1.1.3. A Geografia Cultural e o Urbano.....	15
4.1.1.4. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura .....	18
4.1.1.5. A Paisagem e o Sistema Lógico da Geografia.....	19
4.1.1.6. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. ....	20
4.1.1.7. Região .....	21
4.1.1.8. A Geografia como Ciência e a Região como Objeto de Estudo. ....	24
4.1.1.9. Metamorfose do Espaço Habitado. Capítulo 10 – Da Teoria à Prática: Um Modelo Analítico. ....	26
4.1.1.10. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. ....	28
<b>4.2. DISCUSSÕES</b> .....	30
4.2.1. Região .....	30
4.2.2. Paisagem .....	32
4.2.3. Organização espacial: .....	34
4.2.4. Formação sócio-espacial:.....	34
<b>5. CAPÍTULO III</b> .....	36
<b>5.1. DEFINIÇÃO DA REGIÃO</b> .....	36
<b>5.2. A BACIA DO ITACORUBI</b> .....	37
<b>5.3. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE         URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI</b> .....	38

5.3.1. Períodos Constitutivos.....	38
5.3.1.1. O início da Ocupação: da pré-história a 1900.....	38
5.3.1.2. O Estado e a busca pelo “progresso”: de 1900 a 1960.....	39
5.3.1.3. O desejo da metropolização: de 1960 a 1980. ....	40
5.3.1.4. A cidade midiática: de 1980 até os dias atuais (e futuros).....	43
<b>5.4. O DIAGNÓSTICO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS NA BACIA DO ITACORUBI .....</b>	<b>44</b>
5.4.1. Transportes .....	44
5.4.2. A Questão Ambiental.....	45
<b>5.5. FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>46</b>
5.5.1. A Questão Ambiental.....	46
5.5.2. Transportes .....	47
<b>5.6. ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO NA BACIA DO ITACORUBI. ....</b>	<b>48</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>55</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CCA/UFSC – Centro de Ciências Agrárias da UFSC;  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina;  
CETRE – Centro de Treinamento;  
CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina;  
CIDASC – Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina;  
CODESUL – Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul;  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;  
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina;  
ESPLAN – Escritório de Planejamento do Estado de Santa Catarina;  
FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina;  
FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis;  
LABDREN – Laboratório de Drenagem Urbana;  
TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina;  
UDESC – Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina;  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;

*Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.*

Michel Foucault  
*Vigiar e Punir*, 1, I.

## 1. INTRODUÇÃO

É notório o crescimento de Florianópolis nos últimos anos, ocasionado preponderantemente pela migração. Este processo intenso e ininterrupto, não acompanhado por estudos e ações da administração municipal, tem levado a ocupações predatórias, sobrecarga dos equipamentos urbanos, esgotamento do sistema viário, maior demanda pelos equipamentos comunitários e outras mazelas, tanto urbanas como sociais. Como mitigação destes efeitos, tem-se optado por investimento de grandes somas de verbas públicas em infra-estrutura onde já se deu o problema. No entanto, geralmente focam-se os investimentos na problemática do sistema viário para a o bom funcionamento do turismo, em detrimento de outras questões tão ou mais importantes do ponto de vista do morador da cidade.

É com este contexto em mente que realizamos este trabalho, tentando apreender os fenômenos do urbano e os conceitos que os representam, objetivando a reflexão do processo de forma sistêmica para não mais criar paliativos inócuos (ou até mesmo perniciosos) às realizações na cidade, mas, pelo contrário, prevê-las e dirigi-las, sem imediatismo ou pragmatismo. Imprimir ao devir da cidade não mais a lógica do crescimento, mas o do *desenvolvimento*, bem como reverter as atuais relações entre *saber* e *poder* subjacente na política urbana florianopolitana.

O presente texto constitui-se de um referencial teórico-metodológico, servindo este de aporte para realização do trabalho final na disciplina UrbanismoV. Para tanto, foram organizados seminários e uma lista de discussão priorizando o debate em aula e a formação do conhecimento. Conceituando *Região*, *Paisagem*, *Formação Sócio-espacial* e *Organização Espacial*, o grupo de trabalho constituído pelos alunos pretende utilizá-los instrumentalmente para o estudo de uma região nas mediações de Florianópolis, Santa Catarina.

A região eleita para o estudo é a constituída pela Bacia do Itacorubi. Eleita por ser uma “reprodução” em menor escala de todo um universo de elementos que caracterizam a Ilha de Santa Catarina, onde está inserida. Há uma grande reserva ambiental, circundada por urbanização, apresentando esta grande crescimento sem o devido conhecimento de suas repercussões ambientais e infra-estruturais. Shoppings, loteamentos, verticalização abrupta, densificação, tudo isso vem se somar ao já existente: ocupação de baixa e média densidade, sobre mangue



ou nas encostas dos morros, servida por uma malha viária fruto da mescla de tecnocratismo com arcaísmo.

Assim, o trabalho inicia com os fichamentos, realizados pelos autores, de textos que lidam com a Geografia, cultura, paisagem, região, constituindo um referencial teórico-metodológico, para que, posteriormente, possibilitasse a discussão dos quatro conceitos-chave citados acima e que fazem a ponte entre a Geografia e o Urbanismo.

Munidos do instrumental teórico, dá-se, no Capítulo III, a introdução à região de estudo, seu desenvolvimento histórico, a análise de seus problemas e a formulação de propostas de intervenção, finalizando com o estabelecimento de diretrizes de seu desenvolvimento.

## **2. OBJETIVOS**

- Ampliar o conhecimento acerca do planejamento e da implementação de Planos Regionais de Desenvolvimento;
- Simular o trabalho de uma equipe de planejamento responsável pelo desenvolvimento de uma região;
- Desenvolver a capacidade de observar, registrar e analisar a dimensão espacial dos processos histórico-sociais formadores de uma região;
- Identificar os problemas que obstaculizam o desenvolvimento de uma região;
- Estimular a formulação de tentativas para o seu equacionamento;
- Ensaiar estratégias de implementação de planos de desenvolvimento de micro-regiões;
- Exercitar processos de pesquisa e planejamento, divulgação e discussão de seus resultados.

### **3. METODOLOGIA**

O presente trabalho é fruto de uma simulação de trabalho em equipe de arquitetos responsáveis pelo planejamento de uma região. Através do recurso de uma página da internet, foram discutidos os resultados individuais e parciais no sentido de construção de um referencial teórico-metodológico. Este servindo de aporte para a caracterização da situação atual da região de estudos escolhida. Foram, em seguida, diagnosticados os seus principais problemas e formuladas propostas de intervenção, bem como, de estratégias para a sua implementação.

## **4. CAPÍTULO I**

### **4.1. Referencial Teórico-Metodológico**

#### **4.1.1. Fichamentos**

##### **4.1.1.1. Geografia Cultural**

“Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl”.

(texto fichado por Thiago Pereira Martins)

A aproximação à geografia se dá de diversas formas e com diversas finalidades. De um lado, existe o objetivo de limitar-se ao estudo de uma relação casual particular entre o homem e a natureza; de outro, o esforço se dirige a definir o material de observação. O primeiro grupo mantém seu interesse preferencial pelo homem: quer dizer, pela relação do homem com seu meio, habitualmente no sentido de adaptação do homem ao meio físico. O segundo grupo, dirige sua atenção para aqueles elementos da cultura material que conferem caráter específico à área. A primeira postura chama-se geografia humana e o segundo geografia cultural.

A geografia humana é, em seu sentido restrito, um conjunto de categorias do meio físico – ordenadas a partir de conceitos abstratos de posição e espaço até os de clima e litoral. Este é o ponto de vista que tem predominado nos países de língua inglesa, nesses países o estudo do meio físico como objeto da geografia se converteu em sinal de identidade quase exclusivo do geógrafo.

A outra escola, a da geografia cultural, parte da descrição das características da superfície terrestre para chegar, mediante uma análise de sua gênese, a uma classificação comparada das regiões. É costume utilizar também o termo “corologia”, ciência das regiões. A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma

expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas.

A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície ou, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem.

Um lema do tipo “a geografia é a história do presente” carece de significado. Introduce-se, portanto, necessariamente, um método adicional, o especificamente histórico, com o qual se utilizam os dados históricos disponíveis, via de regra, diretamente do campo, para a reconstrução das condições anteriores de povoamento do uso do solo e de comunicação, quer se trate de testemunhos escritos como de testemunhos arqueológicos ou filológicos.

Também está se realizando um desenvolvimento logicamente integrado da geografia econômica como parte do programa de geografia cultural. A geografia econômica que se está fazendo não é outra senão a geografia cultural levada até o momento atual, já que a área cultural é essencialmente econômica e sua estrutura é determinada tanto pelo crescimento histórico como pelos recursos naturais.

Os problemas principais da geografia cultural consistirão no descobrimento do conteúdo e significado dos agregados geográficos que reconhecemos, de forma imprecisa, como áreas culturais, em estabelecer quais são as etapas normais de seu desenvolvimento, em investigar as fases de apogeu e de decadência e, desta forma, alcançar um conhecimento mais preciso da relação da cultura e dos recursos que são postos à sua disposição.

#### **4.1.1.2. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática...**

“Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl”.

(texto fichado por Daniel C. Collares)

O Brasil, como nação, é composto por uma vasta heterogeneidade cultural, fruto de longos, complexos e espacialmente diferenciados processos envolvendo sociedade e natureza. As intensas transformações que alteraram as configurações espaciais do país ao longo da história, e especialmente nos últimos 50 anos, sugerem uma série de temas a serem abordados no campo da geografia, mais especificamente na geografia cultural.

Difundida na Europa a partir de meados do século XX, a geografia cultural trata da análise da cultura em sua dimensão espacial. No Brasil passou ser reconhecida apenas a partir dos anos 90. Até então, a idéia de cultura no meio científico foi negligenciada ou entendida segundo o senso comum, como um objeto específico, distinto da economia, da política e do social.

Embora a geografia cultural no Brasil ainda não tenha a mesma importância que desfruta nos países da Europa e nos Estados Unidos, já se tem atualmente a base necessária para a sua difusão e aplicação em contexto nacional. A temática é abordada no livro Introdução à Geografia Cultural, organizado por

Roberto Lobato Corrêa, justamente com o objetivo de tornar mais acessível esta área do conhecimento.

Uma breve retrospectiva histórica se faz necessária no intuito de esclarecer a evolução dos principais conceitos da geografia cultural, da sua criação aos dias atuais. Para tanto, foram definidos dois momentos principais: a geografia cultural até a década de 1970, criada na Europa e aprimorada pela Escola de Berkeley (1925-1975), nos EUA, e a geografia cultural renovada, emergente a partir dos anos 80, tendo contribuição de geógrafos oriundos de caminhos teóricos distintos.

A primeira fase, calcada no historicismo e no estudo de sociedades tradicionais, baseia-se principalmente na obra de Carl Sauer, e privilegia cinco temas principais: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural. Caracteriza-se pela valorização do passado, com ênfase à diversidade cultural, pouco se reportando às sociedades urbano-industriais. Foi criticada principalmente pela parcialidade de sua abordagem, assim como pela ausência de visão crítica e pragmática em seus estudos.

Além disso, o próprio conceito de cultura adotado por Sauer é questionável, no momento em que caracteriza como sendo uma entidade supra-orgânica, de leis próprias, que rege as ações individuais num dado grupo social. Era tida, portanto, como algo exterior aos indivíduos, sendo que os processos de mudança só poderiam se realizar pela difusão de inovações e não em função de contradições reconhecidas.

A partir da década de 80, a geografia cultural passou por um processo de renovação, coincidindo com um contexto de valorização da cultura em escala internacional, logo após o fim da Guerra Fria. Neste processo, diversas influências filosóficas se fazem presentes, entre elas a fenomenologia e o materialismo cultural de Raymond Williams. A cultura passa então a ser entendida como um reflexo das relações sociais, e tal redefinição a coloca como dotada de um sentido político, pois leva em conta a diversidade das classes sociais.

A geografia cultural se expressa nesta nova ótica por meio de mapas de significados, com ênfase na interpretação das formas espaciais a partir de caminhos diversos de abordagem. Nesses caminhos pode-se considerar tanto a dimensão material da cultura como a não material, tanto objetos e ações em escala global como regional, tanto aspectos concebidos como vivenciados.

Na perspectiva da geografia cultural renovada, as formas espaciais criadas pela ação humana geram paisagens culturais impregnadas de significados, não se limitando a fatores morfológicos. Podem ser abordadas, por exemplo, em função da classe social de seus habitantes, ou dos fatores históricos que a constituem. No Brasil, mostram-se bem evidentes as diferenças de paisagem em função de fatores econômicos, sociais e históricos.

Podem ser definidas em nosso território grandes regiões culturais, mas certamente a partir de uma classificação provisória, já que as profundas transformações em curso que se verificam em nosso país desestruturam tais regiões constantemente, reestruturando outras. O último estudo neste sentido foi feito há cerca de 40 anos e identificou nove regiões culturais no Brasil.

Por fim, a religião, a música e as festas populares devem ser consideradas temáticas relevantes para o estudo da formação sócio-espacial das

idades brasileiras, pois fazem parte dos costumes e da tradição do povo, definindo práticas espaciais que conduzem à constituição de formas urbanas. Assim, estabelecemos três grandes temas a serem abordados pela geografia cultural tendo em vista a análise da cultura brasileira em sua dimensão espacial. São eles: a paisagem cultural, a região cultural e a formação sócio-espacial.

#### 4.1.1.3. A Geografia Cultural e o Urbano

“Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl”.

(texto fichado por Wellington Tischer).

O presente fichamento expõe a disciplina da Geografia Cultural Renovada, surgida da tradição geográfica, da escola crítica do materialismo histórico, e principalmente da revisão do conceito de cultura. Esse toma uma asserção mais relativa e plural, a abordagem torna-se interpretativa. Dois tópicos são abordados: os cinco pontos que distinguem a disciplina dos demais campos da Geografia e as manifestações da dimensão cultural no urbano. Toponímia, Produção de formas simbólicas e a Paisagem urbana e seus significados são as três manifestações que autor trabalha no entendimento urbanístico.

A Dimensão cultural do espaço urbano amplia a compreensão em termos sociais, políticos e econômicos, assim como atenta para os processos de urbanização.

Até 1960, duas vertentes fizeram de urbano x cultura seu objeto de estudo:

- *Geógrafos culturais*: escola de Berkeley, uma perspectiva antiurbana, enfatizando o rural e sociedades primitivas. Sob orientação francesa de Claval.

- *Geógrafos urbanos*: vinculados a uma visão positivista, (formas e funções urbanas do ponto de vista morfológico e funcional. A partir de 1970, aparece vinculada a crítica privilegiando os processos contraditórios e os conflitos sócio-espaciais que deles emergiam. A cultura é tida como resíduo que suas teorias não explicavam).

A partir de 1970, as transformações tornam a sociedade mais urbana e multicultural. Para (BERQUE, 1998): “...a cidade passa a ser vista como marca e matriz cultural...”. ou conforme (DUNCAN, 1990): “...a cidade como um texto no qual se lêem a sociedade e suas múltiplas interpretações na paisagem urbana...”.

A geografia cultural é redefinida pela incorporação do urbano, “... passando a ser epistemologicamente plural, uma heterotopia epistemológica...” (DUNCAN, 2000). Combinação da tradição geográfica de Sauer e La Blanche, da geografia humanista e social e do materialismo histórico.

## Cultura e Geografia Cultural:

O processo de renovação da geografia cultural verifica e revisa o conceito de cultura liberando-no da concepção de força externa que paira sobre os indivíduos. Conforme (DUNCAN, 1980) esta concepção coloca os indivíduos como seres passivos: mensageiros da cultura. A revisão descarta então, os hábitos condicionados e as normas e valores inconscientemente aceitos. Homogeneidade e estabilidade também são conceitos descartados. A crença da cultura como variável explicativa, independente é abandonada. Conforme GEERTZ: "...a cultura é um contexto, algo dentro do qual eles [os indivíduos] podem ser descritos de forma inteligível...".

Cultura não deve ser vista independente das condições materiais da existência, nem como (WILLIAMS, 1973) superestrutura para uma base econômica, ainda (COSGROVE, 1998): "... a consciência humana, idéias e crenças são partes do processo produtivo material..." (WILLIAMS, 1973): "...cultura é apreendida na vida cotidiana e que é reelaborada a partir da experiência, do contato e da descoberta...".

WILLIAMS, ainda coloca cultura contida no ambiente político, onde estão envolvidas relações de poder, dominação e subordinação (JACKSON, 1984).

Desta maneira, o conceito de cultura não é tem valor em si, tampouco definição objetiva. Passa-se a falar em culturas, no plural. Ressalta-se a tese da diversidade cultural, complexa e mutável. Acreditando no campo como descrição interpretativa que forneça inteligibilidade, compreendendo a sua lógica interna, onde a palavra significado tem status de palavra-chave rompendo com a tradição antropológica anterior.

Os mapas de significados passam a ser o escopo dos antropólogos, revalorização esta nas ciências sociais a partir de 1980. Assim, o autor busca levantar cinco pontos da Geografia Cultural buscando distingui-lo dos demais sub campos, são eles:

1. O objeto: é muito mais identificada por uma abordagem específica do que um conjunto de objetos empíricos, esta definirá em que subcampo ficarão os temas mencionados. Abordagem é definida pelo pesquisador.

2. O tempo: não estabelece associação com a Geografia Histórica, que pode ser estudada em sub-campos; não são os recortes temporais que definirão a disciplina.

3. A escala: a escala espacial vinculada a um recorte dimensional da superfície terrestre, conforme esclarece CASTRO, 1995: "... os objetos e ações devem ser interpretados levando-se em conta a escala em que eles ocorrem, não há a priori escala melhor, porém devemos ter clareza quando consideramos o que é universal, particular ou singular...".

4. Centralidade da Política dos Significados: (COSGROVE, 1998) parte do princípio de que toda atividade humana é ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação.

Para (CLAVAL,2001): é o "...significado das análises da espaço-temporalidade dos fixos, naturais ou produzidos e dos fluxos variáveis segundo



propósito, direção, distância, intensidade e freqüência, aderindo a uma postura relativista...”.

Ainda acrescenta (CLAVAL,2001): “... os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios...”.

Metáforas foram criadas para se referirem à diversidade cultural, mapa de significados é uma delas, sendo que segundo (JACKSON,1989): “...a cultura se constitui espacialmente e portanto, é mapeável, assim deixa de ser uma metáfora”.

Os mapas para (COSGROVE, 1999) incluem também as representações gráficas de tudo aquilo que é lembrado, imaginado, e contemplado (...) material ou imaterial, real ou desejado, do todo ou da parte (...) vivenciado ou projetado...”.

Este é um importante instrumento pois possibilita o conhecimento das múltiplas e simbólicas espaço-temporalidades, permitindo descobrir novos significados no espaço social.

5.A natureza política da disciplina: trata da forte perspectiva política da Geografia Cultural, visando contribuir para estabelecer a justiça cultural. O poder nesta perspectiva exerce, conforme (TAILLARD, 1981): “... um importante papel sobre as técnicas utilizadas por uma dada sociedade, contribuindo para entender a forma como ela é organizada...”.

### **A Dimensão Cultural do Urbano:**

As relações entre cultura e urbano são complexas e se manifestam de diferentes modos. São abordadas 3 manifestações, conforme explicita o autor:

a) Toponímia e identidade: articula política territorial e identidade. Dar nome aos lugares tem significado político e cultural, envolvendo etnias, grupos culturais, hegemônicos ou não. O ambiente urbano é rico em Toponímias e revela em alguns casos a afirmação de identidades, (afirmação de oprimidos, nacionalismo, ideológico-hegemônico e outros) é traduzida no espaço urbano. Existe uma escassez e uma riqueza do campo no Brasil dado pela relação oficial versus popular.

b) A cidade e a produção de formas simbólicas: são as responsáveis pela transformação cultural, estas, contudo são alteradas ao longo da História, que se fez em função, significado e forma. As grandes cidades têm um papel importante dentro dos significados e valores no processo de acumulação de capital e de transformação cultural. Porém a cidade, ela mesma, é uma forma simbólica, que pode ser criada, e transformada. (ex. regulamentação dos edifícios nas cidades turísticas). É importante conhecer a identidade destes centros e com eles por parte dos diversos grupos sociais. (RELPH, 1976): é relevante estudar a gênese e as articulações com outras atividades.

c) A paisagem urbana e seus significados: a morfologia na paisagem é foco principal até 1960. A partir de então, com Meinig e Relph torna-se foco a paisagem urbana. Esta permite múltiplas leituras a partir de diversos contextos, havendo conforme (DANIELS, 1988): “... uma instabilidade de significados. A

dimensão política é uma das leituras...”. (MEINIG, 1979) mostra que a paisagem constitui “...parte do conjunto compartilhado de idéias, memórias, e sentimentos que une a população...”. Tornando-se, portanto um elemento do processo de reprodução social por ser, acrescenta (DUNCAN, 1984): “...um importante repositório de símbolos de classe social e de herança étnica...”. As áreas residenciais são focos importantes nesse sentido, pois expressam o poder e a tradição os quais conferem distintividade social no interior da elite. Por outro lado se considerada como texto, a paisagem pode estar associada à reprodução como à contestação de poder político. Inúmeros discursos podem relatar distintas concepções de paisagem.

O autor também atenta para o valor que a paisagem urbana vem adquirindo valor simbólico em um tipo particular de mercadoria.

No Brasil, o dilema está na inserção e nos tipos ideais de paisagem dada a complexa heterogeneidade cultural, num jogo político (vernacular versus políticas).

#### **4.1.1.4. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura**

“Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl”.

(texto fichado por Marianne Grüdtner).

...O título deste livro é uma homenagem a Carl Ortwin Sauer (1889-1975), que em 1925, definiu a paisagem geográfica como sendo o resultado da ação da cultura ao longo do tempo, sobre a paisagem natural.

Conceito-chave fornecendo unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina, o significado “paisagem”, tal como sua importância, tem variado ao longo da história do pensamento geográfico, sendo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de REGIÃO, ESPAÇO, TERRITÓRIO E LUGAR.

Na realidade, a paisagem possui uma dimensão morfológica, ou seja, um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, apresentando uma relação entre suas diversas partes. Apresenta também uma dimensão histórica e espacial, sendo que uma mesma paisagem ocorre em toda uma certa área da superfície terrestre. Assim, esta paisagem se torna portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias, apresentando também uma dimensão simbólica.

*-Paisagem sagrada x Paisagem profana*

*-Paisagem vitrine*

*-Paisagem do medo*

*-Paisagem do desespero*

A paisagem geográfica, entendida como um conjunto de formas naturais e culturais, associados em uma dada área, é analisada morfológicamente, observando-se a integração das formas entre si, e o caráter orgânico ou quase orgânico destas (tempo = variável fundamental).

## A PAISAGEM CULTURAL OU GEOGRÁFICA RESULTA DA AÇÃO, AO LONGO DO TEMPO, DA CULTURA SOBRE A PAISAGEM NATURAL.

“A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural consiste no meio, a paisagem cultural se torna o resultado” (Sauer).

Com Augustin Berque, passamos de um padrão de análise de paisagem para outro que passa a predominar após 1970 e é caracterizado por uma abordagem nitidamente cultural. Apontou o duplo papel da paisagem geográfica.

Denis Cosgrove identifica dois tipos fundamentais de paisagens geográficas

-*Paisagem da Cultura Dominante* – “sustentada e reproduzida pela sua capacidade de projetar e comunicar para todos os outros grupos uma imagem do mundo, consoante com a sua própria experiência, e ter a sua imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos”.

-*Paisagem alternativa* – “Paisagens residuais, emergentes e excluídas”.

Decodificar o significado de paisagem geográfica consiste em uma tarefa que vai além de seu estudo morfológico e que abre a percepção de paisagem também às paisagens urbanas dos shoppings centers, das favelas, dos condomínios... Afinal, paisagem está em todo o lugar.

### 4.1.1.5. A Paisagem e o Sistema Lógico da Geografia

“Hans Bobek e Josef Schmithüsen”

(texto fichado por Fábio Hyoshiharo Mikuni de Freitas)

A interação entre os elementos naturais inorgânicos, organismos orgânicos e as realizações humanas são objetos de estudo da geografia. A identificação de três mundos: o mundo inorgânico, o mundo da vida e o mundo do espírito; nos auxiliam na compreensão do significado do termo região, paisagem e suas derivações.

O mundo inorgânico é o relacionado ao acidentes geográficos, as forças tectônicas, as forças atmosféricas, além da própria constituição do solo. O mundo da vida é o dos seres vivos como as plantas, e os animais, ou seja, a relação destes são profundamente ligados com esse ambiente natural. O homem poderia ser incluído nesse mundo, mas sua capacidade de pensar permitiu a ele superar sua ligação com o espaço natural, e através as de suas realizações é capaz de adaptar-se a maiorias dos ambientes naturais; esse mundo é o mundo do espírito. “As biocinenses naturais são substituídas por biocenoses artificiais nas quais verifica-se o mais alto grau de integração entre natureza e o homem, chegando-se ao que se denomina paisagem cultural”. A necessidade dos seres vivos em viver em comunidades delimita a atuação de cada individuo do grupo. No caso dos homens, essas leis podem ser de ordem religiosa ou biológica, e essa inter-relação pode ser definida como ecologia cultura.

Além disso, a sucessão temporal também deve ser observada, já que existem diversos períodos de transformação, seja alguns meses na criação de espaços capazes de abrigar o homem, ou milhares de anos para a formação das planícies, florestas entre outras.

“Atendendo às grandes categorias da matéria, espaço (ou forma), energia e tempo se apreciam os distintos modos em que se concebem a ciência das regiões e a ciência da paisagem. (...) A matéria e a forma permiti definir a paisagem em função de sua estrutura e de sua dimensão espacial, isto é, em função de sua imagem (fisionomia e estrutura). A partir do ponto de vista da energia, podemos defini-la por sua trama funcional ou dinâmica interna e por sua ecologia. A partir do ponto de vista do tempo, podemos defini-la por sua historia ou sua gênese. Assim, é um objeto que pode ser considerado a partir de três pontos de vista que, dentro da metodologia científica, correspondem a três modos de investigação: o fisionômico (incluindo a análise da estrutura), o ecológico e o histórico ou genético”.

“A paisagem é um sistema dinâmico com estrutura espacial. A natureza contribui com uma infra-estrutura que, apesar do homem, permanece. Os limites naturais são muito estáveis. Para que uma paisagem possa ser considerada cultural, o decisivo é que a fisionomia e a dinâmica ecológica de seus elementos espaciais se encontrem determinadas em grande parte pela ação dos homens organizados em sociedade”.

#### **4.1.1.6. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural.**

“Augustin Berque”

(texto fichado por Thaís Figueiredo).

O autor afirma que a paisagem é uma marca à medida que expressa uma civilização, e é também uma matriz, pois participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Enquanto marca, pode e deve ser descrita e inventariada - quantificando-se, por exemplo, formas e conjuntos de formas na paisagem, analisando a articulação destas entre si, etc. Estes procedimentos têm como consequência o distanciamento do objeto inicial da proposta - a paisagem - já que ocorre uma abstração que resulta na ausência da relação direta com o sujeito.

Do ponto de vista da geografia cultural, é preciso compreender a paisagem de dois modos: 1) *vista por um olhar*, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada por uma estética e uma moral, etc; 2) *como matriz*, ou seja, ela determina esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, etc.

Podemos dizer então que: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial, etc) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; 2) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se auto-produz e se auto-reproduz (portanto se transforma) pelo jogo, jamais de soma zero, desses

diversos modos.

Este sujeito em questão é um sujeito coletivo: é uma sociedade, dotada de uma história e de um meio. O que está em causa são todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo.

Ao contrário da maioria das ciências sociais, a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria - marca que ela considerará como uma geo-grafia em primeiro grau: a escrita da terra por uma sociedade.

#### **4.1.1.7. Região**

Verbetes presente na Enciclopédia Einaudi, vol. IX, pp. 161-189.

“Marcel Roncayolo”.

(texto fichado por Vicente Napolini).

A noção de região é imprecisa. A tradição a considera, se tomada a superfície terrestre, como parte de um conjunto (o ecúmeno). Caso pertença a região a um conjunto mais vasto surgem os problemas de dimensionamento e critérios de divisão.

A região é um dos níveis das taxonomias utilizadas por diversas disciplinas. “A geografia está mais próxima da linguagem comum: reserva, de preferência, a palavra região para um nível intermédio cuja realidade e originalidade tende, de resto, a afirmar: ‘Duma maneira geral, a região apresenta-se como um espaço médio, menos extenso que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que o espaço social dum grupo e, a fortiori, dum lugar’ [Fremont]” (p. 161).

Para Cholley uma só característica não é suficiente para definir uma região, pois esta pressupõe uma combinação de fenômenos e, portanto, de critérios.

A tradição é juntar um adjetivo à palavra ‘região’, a fim de qualificar o grupo de fenômenos: regiões naturais, regiões históricas, regiões econômicas, etc. Mas isso não resolve o problema, além de gerar diferenciações duvidosas como entre região ‘histórica’ e ‘econômica’.

Mais recentemente criaram a distinção entre regiões ‘homogêneas’ e regiões ‘polarizadas’ ou ‘funcionais’. A primeira tendo identidade e repetição de certos traços; a segunda possuindo fluxos e relações de dominação, organização ou complementaridade. Mas a organização territorial não é uma combinação dos dois?

Vance procura a legitimidade e a unidade da noção de região na consciência do habitante, no sentimento de pertencimento, a “consciência de uma tradição e de um ideal comuns”. Outros geógrafos falam da região como um espaço vivido. Os riscos destes métodos são reconhecidos, pois se baseiam em dados subjetivos difíceis de controlar. Assim, o apelo ao “vivido” ainda não fornece uma resposta satisfatória às incertezas que a noção de região evoca.

A idéia mais forte e resistente às críticas é a noção de ‘região natural’. Sempre foi dada atenção à paisagem, interpretada como a natureza por excelência, a do mundo físico. Mas, assim, a fisionomia arrisca tornar-se o único princípio de explicação. Daí a hipótese “ecológica” de que é o ambiente natural “que comanda ou orienta as capacidades e as atitudes dos homens” (p. 164).

“As regiões naturais, a parte da geografia natural na explicação dos fenômenos territoriais, aparecem como elementos de racionalidade numa procura ainda incerta. O determinismo físico constitui tudo o que há de científico no horizonte da geografia” (p. 165).

É no fim do século XIX que se criticará as divisões geográficas “tradicionais”, consideradas como artificiais ou superficiais. O debate gira em torno do determinismo natural, este persistindo até hoje.

A primeira crítica é a chamada “possibilista”, baseada no pensamento de Vidal de la Blache. “A idéia’, ‘o gênero de vida’, ‘as necessidades do grupo’ interpõem-se entre o ambiente natural e os homens, o que conduz ao mesmo tempo a reconhecer o peso dos dados naturais e a propor versões mais ou menos ativas da intervenção humana” (p. 167).

Lucien Febvre inverte completamente as questões, dando primazia aos “aspectos duma ‘paisagem’, dum conjunto geográfico apreendido intuitivamente ou reconstituído historicamente, que se explicam ou podem explicar-se pela ação contínua, positiva ou negativa que seja, de um determinado grupo ou de uma certa forma, de organização social” (p. 167).

Cholley considera o grupo humano como o único princípio de organização regional. “A região homogênea deixa de ser uma região “natural” para passar a ser “humana”, e humano refere-se a precisos meios de ação da sociedade e não uma vaga filosofia” (p. 167).

Assim, em certas regiões, o princípio fundamental é étnico. A paisagem deve ser vista como um elemento na lógica de um sistema cultural.

Mas etnia é outro termo impreciso. O grupo étnico não é o produto do ambiente natural, nem duma herança biológica, mas o resultado duma evolução histórica.

“A unidade dos traços culturais, a ligação a determinadas práticas e representações são o fundamento da ‘homogeneidade regional’. Mas esta homogeneidade não é mais de que o resultado do processo que supõe não só a comunicação, a troca entre os membros do grupo, mas a escolha – consciente ou inconsciente – de soluções comuns. (...) Deste modo, a região étnica não é mais do que uma forma – nem necessária, nem irreversível – da organização territorial. (...) Em resumo: o princípio regional não está ligado à etnia, é necessário procurá-lo noutra lugar” (p. 169-170).

A par da região natural surgiu o modelo da região funcional, caracterizada pela uniformidade das trocas e fluxos que unem os vários elementos através do mercado. “É certo que a organização territorial, a função e a localização das cidades estão intimamente dependentes umas das outras. A noção de região identifica-se com a rede urbana. Mas os espaços associados não são unicamente iguais, complementares ao mesmo nível. Ocupam lugar numa hierarquia que,

simultaneamente, descreve e explica o entrecruzamento das áreas de mercado [nas várias escalas]” (p. 173).

“A teoria dos lugares centrais serve desta maneira de fundamento à construção lógica das áreas de mercado e da hierarquia urbana. O lugar central é definido como ‘qualquer agrupamento de habitações que constitui o centro de um Hinterland rural e serve de intermediário econômico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior’ [Jordan]” (p. 173).

Os modelos que seguem essa linha metodológica, como os de Christaller e de Lösch, obviamente são abstrações da realidade, com limitações iniciais para simplificar a realidade, elimina certos dados e mantém outros, efetua uma escolha entre os fenômenos.

As críticas a esses modelos são entre outras: a) a ambigüidade de qualquer modelo funcionalista que pretenda também atingir uma explicação realista, neste caso o mapa dos estabelecimentos e das áreas de influência; b) a homogeneidade do raciocínio a todos os níveis da hierarquia; c) caráter parcial duma teoria da localização e da organização territorial fundada unicamente nas áreas comerciais.

As teorias “se baseiam na procura de bens e serviços provenientes do Hinterland, isto é, de uma população rural que não somente é a única produtora mas define também o modelo de consumo. O lugar central é um produto do mercado, mais do que organização criadora” (p. 176).

“A definição das regiões econômicas merece portanto ser retomada com um material conceitual diferente do das áreas de mercado” (p.177). A circulação de capitais não é o mesmo que o comércio dos bens físicos. “Não se trata de identificar capital e industrialização dentro de um esquema territorial comum. (...) É preciso ter em conta a extrema diversidade de experiência que constituem a região econômica, sucessivas ou concomitantes” (p. 177).

“A influência econômica e, com mais forte razão, financeira não se fecha em zonas de dimensões estereotipadas, não se reduz a um módulo. A região, tal como a concebemos, de uma forma um pouco limitada, é um escalão entre outros, uma probabilidade que pode ser superior a outras, em certas circunstâncias, em função das vantagens ou dos efeitos múltiplos da proximidade. A noção de proximidade deve ser ela própria relativizada: depende das possibilidades de transporte, é certo, mas ainda das redes de relações” (p. 178).

A metropolização tende a absorver, ao crescer, os fenômenos regionais, tornando-se a região-cidade. “A noção de região tende assim a diluir-se, a perder-se, no estudo mais complexo dos fenômenos de urbanização. Esta tendência não é o privilégio das sociedades industriais ou pós-industriais; está presente a vários níveis de desenvolvimento, porque em quase todos se encontram fortes movimentos de urbanização. A organização regional assim definida não é incompatível com a dependência e a desigualdade de desenvolvimento” (p. 181).

O poder de decisão e investimentos foi cada vez mais se afastando do território. “O que pode então significar a noção de metrópole ligada à de região?” Juillard distingue região econômica e região de vida comum. Mas as tensões que esta distinção suscita faz com que as questões deixem de ser estritamente econômicas. “A partir deste momento o problema da região identifica-se com o do sistema político. (...) O problema adquire desta maneira um caráter universal. Esta

presente tanto nas economias capitalistas como nas socialistas, nas sociedades pós-industriais como nos setores em vias de constituição e de desenvolvimento” (p.182).

Enquanto que o liberalismo do século XIX e início do XX negligenciou o estudo aprofundado das estruturas regionais, é depois da crise de 1929 que a reflexão econômica progride. O espaço passa a ser um fator tão importante quanto o tempo.

Surgiu a preocupação de ordenar o espaço e evitar as deformações excessivas do crescimento. Para isso tentou-se o equilíbrio entre metrópoles e a descentralização de indústrias.

Essa teoria dos pólos de desenvolvimento não foi adiante devido à divisão internacional do trabalho, à setorização das empresas, principalmente depois da crise do petróleo de 1973.

---

“Se a ação da natureza conferiu a algumas partes da Terra configurações de caráter local que, com maior ou menor espontaneidade, nos levam a falar de regiões, é certo todavia que, em boa parte, se deve atribuir à ação do homem a criação e constituição no tempo, na história, de paisagens dotadas de características tais que permitem falar de regiões. A relação fundamental coloca-se pois na área natureza/cultura, na capacidade de cada grupo, comunidade, sociedade, cultura ou população em adaptar ou adaptar-se, num movimento recíproco, aos lugares. (...) Uma região, enfim, não constitui nunca um fato fechado em si próprio; tem fronteiras, zonas em que as formas de adaptação representam trocas de bens e de idéias que submetem o território a outras relações mais complexas, fruto de tensões e de interseções humanas e materiais bastante mais ricas em quantidade e intensidade” (p. 189).

#### **4.1.1.8. A Geografia como Ciência e a Região como Objeto de Estudo.**

(texto fichado por Roberto Marquetti).

Com a revolução industrial, nasceu a necessidade de conhecer novos lugares, para explorar matérias primas, valorizando-se então o conhecimento sobre os lugares, mais especificamente os estudos sobre os lugares. Sendo este conhecimento de interesse prioritário para o poder político e econômico do estado - nação. Dentro deste contexto servia a geografia para facilitar a expansão territorial dos seus países.

No período denominado iluminismo, várias linhas filosóficas surgiram, entre elas o idealismo alemão de Kant (1772 - 1804), considerando o fundamento da geografia como espaço. "Não se pode conhecer o homem ignorando o meio" (Kant). Para Kant o espaço é a condição de toda a experiência dos objetos. Esses objetos



são objetos da natureza, bem como do homem, mas também, são objetos astronômicos e geométricos".

Segundo o pensamento Kantiano, a idéia de espaço geográfico vinha acompanhada da idéia de região, "...é necessário que nossas experiências não sejam simplesmente um agregado, mas que sejam organizadas num todo sistemático. Tal como antes de construir-se uma casa, é preciso um conceito do todo, do qual várias partes poderão, mais tarde, derivar, também é necessário, antes de estudar o mundo, ter-se um conceito do todo..." Além disso, Kant chama atenção para o fato de que a descrição geográfica deveria levar em conta o tempo e o espaço; não simplesmente o conceito, relacionando o geral para o particular.

Ratzel (1884 - 1904), filósofo com raízes Darwinianas, defende que a geografia deve estudar o movimento dos homens na superfície terrestre e também de que a geografia deveria voltar-se para o estudo da distribuição da população e das regiões do ecúmeno, desenvolvendo a geografia política, idéias de unidades forte, estados. As formas sociais são muito dependentes das formas naturais, essa adaptação estabelece dois tipos de homens, os que se adaptam ao meio e os que fazendo uso de sua tecnologia transformam o meio para que este se adapte a ele. (determinismo e positivismo)

Alexander Von Humboldt (1769) e Carl Ritter (1779) constituem a base da geografia moderna. Com ambos a geografia caminha para se constituir em um ramo particular do conhecimento, que procura relacionar o homem à natureza, base da compreensão da realidade. Ambos buscavam relacionar os elementos e fenômenos, buscando comparar semelhanças e diversidades da totalidade, "a totalidade é dividida em partes, a totalidade não é uma totalidade fechada". É com Ritter que os fundamentos dos estudos regionais se estabelecem. Ritter se concentra muito mais no particular do que no geral, ou mais regional do que geral, enquanto que Humboldt, mais no geral.

Outro nome que deve ser citado é Ares de Casal, que é o primeiro a escrever sobre o Brasil, mesmo que utilizando-se de geografia clássica, mantinha o critério fundado nas bacias fluviais, utilizando-se do curso das ruas para dividir o território; em outros termos, para criar uma regionalização.

O objetivo essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e sócio-culturais homogêneas, fruto de uma história que tem relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o diferente dos espaços contíguos.

O ponto de vista é o de que a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, a medida que constroem identidades regionais. Portanto a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva que cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Integração e síntese passaram a se constituir na nova motivação do pensamento geográfico. Integração de vários elementos, tanto naturais como sociais, e síntese dos aspectos da natureza com os elementos sócio-culturais de uma dada superfície terrestre construíram o novo arcabouço do conhecimento geográfico. Posto assim, a Geografia passou a ter como referência maior a região.

A maior expressão da geografia regional esta na figura de Paul Vidal de La Blache (possibilismo geográfico). A geografia para La Blache se define como o

resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes nas relações do homem com o meio. Ele analisa as áreas físicas utilizando dois termos, paisagem e fisionomia. Paisagem é tudo aquilo que se vê, já fisionomia é tudo aquilo que se vê acrescido de informações com particularidades regionais. A geografia segundo La Blache deve compreender as relações entre homem e meio, evitando a busca de leis, diretrizes que postulem essas relações.

“A síntese regional é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele se encontra a si mesmo. Ao compreender e explicar a lógica interna de um fragmento da superfície terrestre, o geógrafo destaca uma individualidade que não se encontra em nenhuma outra parte”.

Para La Blache todo esse método para alcançar a síntese regional deve ser indutivo além de incorporar a história.

Paul Claval cita que o sentido de região para La Blache é “a de primeiramente ser evidenciada, na superfície terrestre; traduzindo-se na paisagem e nas realidades físicas e culturais, sendo assim os agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, a nomeiam e a utilizam na criação dos quadros administrativos”.

A geografia passa então à destacar o caráter único de cada estudo regional, fazendo deste estudo um estudo do único e singular; distanciando-se da idéia de uma geografia como ciência, que buscasse estabelecer leis e princípios gerais no conhecimento da realidade.

#### **4.1.1.9. Metamorfose do Espaço Habitado. Capítulo 10 – Da Teoria à Prática: Um Modelo Analítico.**

“Milton Santos”

(texto fichado por Lair Schweig)

#### **Definição do Espaço**

Segundo Milton Santos o espaço é formado por dois componentes permanentemente interligados: a configuração territorial (são todos os elementos naturais e artificiais de uma região), e a dinâmica social (são as variáveis econômicas, culturais e políticas).

O espaço total é formado por vários subespaços. O espaço urbano tem papel preponderante nas relações espaciais, pois é nele que acontecem as relações terciárias, as relações com os demais espaços, bem como a integração entre a configuração territorial e a dinâmica social, ou seja entre o fixos e os fluxos.

Porém, quando analisamos um determinado território, não podemos deixar de considerar o entorno, uma vez que este influencia na dinâmica espacial da área em questão, pois grande parte das relações se orientam para fora desta. Por exemplo, uma determinada região desenvolve uma atividade, como agricultura,

pecuária, etc, que depende, muitas vezes, das condições do mercado externo. Assim, os Estados Unidos, importadores da laranja influenciam diretamente na dinâmica de um cidade no interior de São Paulo.

### **Estado e Federação**

A organização espacial de um Estado ou Município não se dá de maneira autônoma, estes estão interligados a normas e leis formando uma sociedade global. Com a globalização, os países também estão cada vez mais construindo uma relação de interdependência formando uma conexão internacional. Estes dados acabam gerando dois fatores importantes que é a divisão internacional de trabalho e o uso cada vez mais intenso de capitais constantes fixos. Assim, observamos que algumas atividades em determinados locais sofrem influência de fatores externos.

### **Necessidade de Periodização**

É importante interpretar o presente como resultado de um processo. Quando analisamos um determinado território, constatamos característica que evidenciam períodos diferentes, ou seja, com o passar do tempo alguns elementos são substituídos e outros incorporados pelo território integrando o todo. Assim, devemos observar as variáveis, suas implicações e desta forma imaginar as linhas de evoluções possíveis.

Neste caso deve-se também levar em consideração fatores nacionais e internacionais a fim de não levar a resultados fragmentados e falsos.

*Um esquema operacional: a análise da situação atual:*

A análise da situação de um determinado local requer duas preocupações básicas: o conhecimento da situação existente, e a fixação de metas.

A análise constará essencialmente de:

*-Estudo formal:* Distribuição espacial das atividades materiais, serviços, infra-estrutura e dos homens, os fluxos, vias meios de transportes e comunicação.

*-Análise de conteúdo:* Características da evolução do contexto, distinção entre evolução espontânea e evolução dirigida ou planejada, as condições de evolução recente e atual.

*-Periodização das tendências:* A periodização de cada evolução com suas características, identificação de tendências e rupturas, os fatores de mutação e evolução e as conseqüências de cada processo.

*-Definição da problemática atual:* Observar a concentração geográfica das atividades e suas conseqüências sociais, econômicas, administrativas, atividades de controle externo, as perspectivas de evolução espontâneas e seus componentes especulativos, e o papel do poder público.

#### **4.1.1.10. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas.**

(texto fichado por Letícia Carneiro de Figueiredo).

O autor inicia o texto descrevendo a situação em que se encontra, num sábado de manhã, sua família em um centro de compras.

Esse é um lugar complexo, com diferentes pessoas, de faixas etárias e estilos de vidas diferentes, que faz com que esse lugar tenha múltiplos patamares de significados. Com isso ele quer dizer que a geografia (humana) está em toda parte. E que a cultura e o simbolismo, embora não sejam conceitos usados na geografia, fazem parte de seus estudos. A geografia não é uma ciência que deve ser totalmente baseada em objetos tangíveis, empíricos e precisos, as paixões, por exemplo, “às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas”, estão banidas do estudo da geografia, como se tais paixões não interferissem nos mundos que criamos e transformamos.

É esse o foco que o autor procura explorar, tratando a geografia como uma ciência social, através de uma discussão sobre paisagem, cultura e simbolismo.

#### **Paisagem**

O autor defende que a paisagem, do ponto de vista da geografia cultural, está intimamente ligada com a cultura, a define como “...uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual.”

Ao contrário do conceito de lugar, a paisagem lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza; ao contrário do meio ambiente ou espaço, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar delas como seres humanos.

#### **Cultura**

Conforme dito acima, a paisagem na geografia humana há muito vem sendo associada à cultura. A escola da geografia da paisagem focaliza o papel do

homem transformando a terra. Como exemplo o autor cita a nítida presença das várias culturas indígenas, africanas e européias na paisagem americana.

No entanto a cultura pode também ser reconhecida através de fenômenos não visíveis, e para suprir essa fraqueza dos estudos na geografia cultural, três teorias estão sendo desenvolvidas atualmente:

### **Cultura e Consciência**

A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações para que tenha sentido.

A religião, um costume ou um credo político, só podem sobreviver se as pessoas os praticarem. Essa prática se dá consciente ou inconscientemente.

Assim a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas.

*Cultura e Natureza* - Qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura.

Os significados que são dados pelos homens, a coisas da natureza (desde o significado de uma fruta até o significado de um casarão antigo ou de uma estação do ano), é por ele, transformado em cultura.

*Cultura e Poder* - A maioria das pessoas vive em sociedades que são divididas em classe, casta, sexo, idade ou etnicidade. Tais divisões geralmente correspondem à divisão do trabalho. Obviamente, uma posição diferente na sociedade significa uma experiência e consciência diferentes, até certo ponto uma cultura diferente. Portanto o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder.

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura.

*Símbolo* - Para compreender as impressões impressas por uma cultura em sua paisagem, necessitamos de um conhecimento da "linguagem" empregada.

Todas as paisagens são simbólicas, e esse simbolismo pode facilmente ser percebido, como por exemplo, em uma escultura que simbolize um luto, ou menos perceptíveis como lugares que impõe limites de comportamento; como em um parque municipal de uma cidade inglesa provincial, onde os objetivos dos criadores do parque, era justamente o controle social e moral.

Esse significado simbólico das paisagens é devido a apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.

O autor decodifica algumas paisagens simbólicas através de alguns exemplos:

*Paisagem da cultura dominante:* A questão do uso excessivo de formas racionais, geométricas no plano das cidades; sistemas de vias em círculo, quadrado ou tabuleiro de xadrez, e radicalmente diferente das curvas e ondulações da paisagem natural. Isso marca a grande presença da razão humana, do poder do intelecto, sobre a topografia imposta pela natureza. Como exemplo, ele cita o caso de Washington que com um padrão radial de ruas, e outro em tabuleiro de xadrez exemplifica a resolução americana para o centralismo europeu e o localismo colonial, do federalismo e dos direitos do estado. A paisagem urbana de Washington pode, assim, ser lida como uma declaração da cultura política americana escrita no espaço.

*Paisagem alternativa:* Podem ser divididas em culturas residuais, emergentes e excluídas.

As culturas *residuais* são aquelas em que muitos elementos da paisagem pouco têm de seu significado original. Alguns podem inclusive ser desprovidos de qualquer significado como, por exemplo, as pirâmides de concreto que ainda podem ser encontradas próximo ao litoral britânico, espalhadas sobre terreno plano e parcialmente encobertas – relíquias da proteção simbólica da guerra contra ataques alemães invasores.

As culturas *emergentes* são de muitos tipos, sendo algumas transitórias e com impacto permanente relativamente pequeno sobre a paisagem como, por exemplo, a cultura hippie dos anos 60 com suas comunidades associadas, lojas de alimento alternativos e pequenas propriedades orgânicas. Está na natureza de uma cultura emergente oferecer um desafio a cultura dominante existente, uma visão de futuros alternativos possíveis.

E por fim, as culturas *excluídas* como a cultura promovida no Campo da Paz das mulheres que pode ter sido oficialmente excluída. A masculinidade e a feminilidade da paisagem pública continuam a ser, e muito, um assunto excluído da investigação geográfica simplesmente porque as questões nunca foram apresentadas.

## **4.2. DISCUSSÕES**

### **4.2.1. Região**

Região é um espaço com características semelhantes, homogêneas, características essas físicas e socioculturais, que mostra a relação dos homens com o seu território, causando assim singularidade ao espaço, o que o difere de espaços contíguos.

Vale também citar o seguinte trecho referente ao texto de Vicente Naspolini ("Região", verbete presente na enciclopédia Einaudi, vol IX, pp. 161 - 189,

escrito por Marcel Roncayolo) " Uma região enfim, não constitui nunca em fato fechado em si próprio; tem fronteiras, zonas em que as formas de adaptação representam trocas de bens e de idéias que submetem o território a outras relações mais complexas, fruto de tensões e de intervenções humanas e materiais bastante mais ricas em quantidade e intensidade". (*Roberto Marquetti*)

Região é por definição uma parte de um todo ou continente, que a contém, porém não é fato fechado em si próprio, possui fronteiras. Certas confusões são comuns e o uso mais banal da palavra, a identifica como área. A distinção reside no fato da Região ser topográfica, tem três dimensões, ao passo que área, geometricamente somente possui duas. Quando falamos em Região devemos necessariamente relacioná-la a um conjunto mais vasto (continente). Pode ser de duas naturezas, que *a priori*, não apresentam coincidência entre si, região, portanto pode ser natural ou cultural. Região natural é uma parte da natureza que detém características comuns seja ela de ordem topográfica, climática, geológica, etc. Ao passo que, Região Cultural consiste na ocupação de determinada fração do espaço e que pode ser interpretada pela paisagem, é, portanto resultado de um sistema de relações e de uma noção histórica modelada pelas situações, os debates, os conflitos que caracterizam um período e um lugar pelos grupos étnicos inscritos. Coloca-se então diante, do debate cultura/natureza. (*Wellington Tischer*)

É por ser justamente voltada à ocupação humana num território e suas formas de apropriá-lo que a noção de região cultural interessa mais ao urbanismo do que a de região natural. Enquanto esta aponta limites e modos de ocupação, relacionando (e tentando harmonizar) o homem e a natureza, aquela introduz elementos do mundo da cultura tais como política, economia, modos de vida, influenciando as soluções urbanísticas, não só em novas implementações como também na contínua gerência do espaço construído como base dos fluxos. Evidentemente, isso confere ao urbanismo uma importância que transcende as limitadas preocupações tecnicistas com respeito aos dados matemáticos de uma certa região. (*Vicente Napolini*)

As noções clássicas de região derribam frente a crescente internacionalização da economia capitalista, ocasionando uma interdependência das economias nacionais e uma nova divisão internacional do trabalho, o fato é que nenhuma região pode ser vista como autônoma, nem tampouco auto-suficiente. Os processos produtivos se espalham e se especializam regionalmente. O que certamente expõe uma contradição: quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, constituindo uma importante categoria de análise (para se compreender e captar a maneira que se realiza a produção em partes específicas do globo). Noções como rede urbana e a clássica relação cidade x campo também mudaram tanto na forma quanto no conteúdo. Uma região pode estabelecer maiores relações de estreiteza entre um outro país do que com seu entorno imediato. Não podemos, por isso, falar mais em circuitos regionais de produção. O fenômeno da especialização produtiva é dado pela difusão dos transportes e das comunicações, uma região pode situar-se em algum ponto de vários circuitos produtivos. O que acarreta na intensificação do movimento e da possibilidade de trocas crescentes. Milton Santos, em sua metodologia de estudo,

nos explica: estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, com seus mais distintos níveis de interação; acrescenta ainda: destrinchar as relações existentes entre os elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação, o jogo destas relações estabelecerá entre o que chega e o que pré-existe, obtendo-se sempre resultados únicos. (*Wellington Tischer*)

#### 4.2.2. Paisagem

Paisagem seria tudo aquilo que podemos ver agindo como tradutor de uma região. "Uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual".

Segundo texto de Hans Bobek, também vale lembrar que a paisagem apresenta impressa nela mesma a sucessão temporal entre relação homem – meio. (*Roberto Marquetti*).

A paisagem é um recorte da natureza na qual se depara um observador. É percebida e não constatada. Tem uma apreensão subjetiva e não somente visual. De fato é na negação da realidade que esta alcança sua amplitude máxima. Aparece artística e culturalmente interpretada pela carga de valores do indivíduo e da cultura que a pertence, numa dimensão temporal das várias interpretações que se superpõe no tempo (paisagem-palimpsesto). A paisagem é vivida e construída e não somente observada. É tradutora da apropriação humana sobre a natureza, e que se constitui enquanto um sistema de signos e significados. Diante da perspectiva da sociedade industrial e da ereção de cidades enredadas globalmente a paisagem se interpõe numa posição crucial, se transforma em mercadoria; é idealizada e construída ideologicamente. A cenografia que se recria tem na crítica de gosto hegemônica sua explicação. A interposição da fábrica nos coloca diante da perenidade do homem na paisagem. Neste Assim, a intervenção na paisagem deve ser realizada no sentido de garantir a fruição do público e de forma a assegurar a melhor qualidade de vida aos indivíduos que a interpretam e recriam a paisagem, ao seu modo. Requerem também, por parte dos interventores, o entendimento dos processos capitalistas e preocupações ecológicas e ambientais. (*Wellington Tischer*)

Há tantas paisagens quanto indivíduos que a as apreendem. O fundamento da paisagem é o olhar, mas esse olhar é processado por uma consciência de uma dada cultura, de um dado espaço, de um dado tempo, de uma dada experiência de vida. Mas, além do olhar, contribuem na construção da paisagem os outros sentidos, os sentimentos, a duração e a frequência das apreensões, amalgamando-se fenomenologicamente, constituindo um todo em que qualquer tentativa de exteriorização é deficitária. No entanto, a paisagem não é



apenas objeto de contemplação por parte de um observador, como também de identificação ou rejeição de uma comunidade, depositária de superstições, crenças e visões de mundo, freqüentemente invertendo o vetor e assumindo um caráter ativo na cultura. Hoje em dia, como lembrou Wellington acima, a paisagem também ganhou status de mercadoria, pode ser produzida, massificada, distribuída, tornada fetiche em muitos e finalmente consumida por poucos. (*Vicente Napolini*)

É tudo aquilo que percebemos e que não está somente no domínio do visível, esta toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo onde estejamos. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção; o que chega aos sentidos. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. A confusão entre paisagem e região é dada em função de um modo produtivo duradouro, de longa duração ou cristalizado. Porém paisagem, não deve ser entendida como algo imutável. A rigor pode ter duas naturezas: natural ou artificial (Homem; Cultura). Há uma tendência à extinção da paisagem natural, pois o Homem detém planos econômicos e políticos para todos os lugares, devido à globalização, a distinção natural/artificial tem sido cada vez mais árdua. A paisagem é sempre heterogênea, da qual os instrumentos materiais do Homem também fazem parte. A cidade, como instrumento de trabalho, é o maior e melhor exemplo de adição artificial ao natural, sendo assim, a paisagem urbana é a mais heterogênea, já que abarca diversos tipos e níveis de produção, que se encontram em diferentes estágios. A paisagem é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, uma herança de momentos diferentes, que respondem diferentemente às demandas sociais. O caminho histórico também age sobre, os instrumentos de trabalho, que vão cada vez mais, da divisibilidade à indivisibilidade, do caso isolado ao sistema, bem como do diminuto ao imenso. Susceptível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos, representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. A paisagem nos restitui todo um cabedal histórico das técnicas. As mutações são perceptíveis, estruturais ou funcionalmente. De uma forma ampla podemos considerar como função, a sociedade e como estrutura, a cidade. A paisagem pode conter tanto formas virgens bem como viúvas, as últimas estão à espera de reutilização, as primeiras são criadas para novas funções, como exemplo disso, podemos citar, o Estado. Paisagem é parte da configuração territorial. A configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele: objetos naturais e artificiais que a definem. Distinguir entre um e outro é compreender a história. Configuração Territorial é o conjunto de recursos naturais e recursos criados de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o território de um país. Interdependência entre recursos naturais e artificiais. A paisagem é o horizonte, contato de nosso corpo com o corpo orgânico que é a natureza. A configuração territorial é sempre um sistema, ou melhor, uma totalidade inerte. A paisagem nunca se dá como um todo, não nos conduz a compreensão do real. O espaço é paisagem, a configuração territorial e a sociedade juntas. (*Wellington Tischer*)

#### 4.2.3. Organização espacial:

Como um grupo ou sociedade distribui-se, estrutura-se sobre um determinado território, derivando de um desenvolvimento técnico em relação à natureza, e da forma que subsiste em relação à mesma. (*Roberto Marquetti*)

É dado segundo a relação dialética e indissociável entre fixos e fluxos. (Milton Santos). Fixos correspondem à condição material disponível ao indivíduo, interpretados, interagidos, e modificados pelo agente, correspondem aos objetos e instrumentos, para SANTOS: estes possuem rugosidade, são portanto elementos concretos. Os fluxos correspondem às ações sofridas nos fixos. É como a cultura e os indivíduos a interpretam e transvaloram o meio que subjaz, levando-nos a outro par dialético: natureza – cultura. (*Wellington Tischer*).

Existe uma tênue linha divisória entre os conceitos de “organização espacial” e “formação sócio-espacial”. Tentarei aqui, de forma breve, o destrinçamento do primeiro, ficando ao sub-item seguinte o do segundo. A organização espacial é sinônimo do conceito de “fixos” de Milton Santos, ou seja, todo conjunto de elementos naturais e artificiais imóveis, que estruturando o espaço em três dimensões, subdividindo o vazio e impondo condições de deslocamento, ocupação, fruição, e, num estágio ulterior, tornando-se paisagem. (*Vicente Napolini*)

O conceito de Organização espacial nos remete ao conceito de espaço, que consiste no conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre os objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais estes servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. O espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais. O espaço difere da paisagem, pois paisagem é a materialização do instante, ao passo que espaço engloba a paisagem mais a sociedade. De uma forma geral paisagem e espaço formam um par dialético, onde paisagem tem uma dimensão mais dinâmica. Todas as sociedades tendem a espacialização, porém isto não é espaço. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que presente. Como os objetos se materializam e se espacializam é o que podemos chamar de organização espacial. (*Wellington Tischer*)

#### 4.2.4. Formação sócio-espacial:

A formação sócio espacial compreende a configuração territorial que são todos os elementos naturais e artificiais de uma região, e a dinâmica social que são as variáveis econômicas, culturais e políticas dessa região. (*Roberto Marquetti*)

Conforme exposto em Organização espacial, a relação fixos-fluxos é expressa espacialmente, onde os grupos étnicos interagem configurando territórios. Estes nem sempre, harmônicos. É o palco das transformações cotidianas, e da transposição visível de ideologias dominantes ou não. (*Wellington Tischer*)

O conceito de formação sócio-espacial seria o sinônimo de fluxos, o conjunto de variáveis da sociedade agindo sobre a prévia estrutura fixa, simultaneamente limitada a e agindo sobre ela, pressionando-a com suas necessidades sempre mutáveis, erigindo outras organizações espaciais. Assim, estes dois conceitos (itens 4.2.3 e 4.2.4) complementam-se sincrônica e diacronicamente, constituindo-se no âmago do estudo urbanístico, servindo-se este dos conceitos de região e paisagem como conceitos instrumentais. (*Vicente Napolini*)

O espaço é formado por fixos e fluxos. Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo os homens. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e consumo. Cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente. Os fixos como instrumentos de trabalho, criam massas, e fazer com que se movam (circulam e distribuem). O conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistema de engenharia seja qual for o tipo de sociedade. Que se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho. O homem passa de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. Os sistemas de engenharia passam de um isolamento a uma crescente dependência, que é acompanhada de maior diversificação e expansão dos objetos técnicos no espaço. Os fluxos tendem também a abarcar porções maiores do território. Os fluxos se expandem com o suporte de novos sistemas de engenharia. Com a evolução dos sistemas de engenharia, o tempo da produção muda. A noção de escala, mas não propriamente como um dado espacial, mas, sobretudo como um dado temporal. A noção de tempo e de espaço é indissolúvel pelo fato da divisão territorial do trabalho situar-se em função do tempo histórico. Dentro de um território existem escalas e níveis de intencionalidade. (*Wellington Tischer*)

## 5. CAPÍTULO III

### 5.1. DEFINIÇÃO DA REGIÃO

Conforme (RONCAYOLO, 1986): “se deve atribuir à ação do homem a criação e constituição no tempo, na história, de paisagens dotadas de características tais que permitem falar de regiões”. Uma região portanto, é algo historicamente e cotidianamente constituído e interpretado pelo homem através da paisagem.

Essa condição nos permite expressar, quando falamos na Bacia do Itacorubi, nosso interesse em estudá-la, pelo fato de, cotidianamente, dela imprescindirmos, já que nela está localizada a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), comunidade acadêmica da qual fazemos parte.

O estudo desta região passa pelo crivo de alguns outros critérios, como por exemplo, a existência do Mangue do Itacorubi, fazendo com que essa região possua uma certa singularidade se comparada ao todo geográfico da Ilha de Santa Catarina. Talvez a questão mais importante seja o fato de ocorrerem intervenções humanas na região, que não consideram suas especificidades naturais, quais sejam: sua fragilidade e complexidade biológica, suas cheias periódicas e como deságüe de todo um sistema hidrográfico, constituinte da Bacia do Itacorubi.

É justamente esta relação conflituosa Homem–Natureza que a torna um escopo de trabalho *par excellence* para o campo de conhecimento do Urbanismo, disciplina esta que lida com a existência material e espacial do homem, no sentido de planejar a ocupação e sanar os conflitos inerentes.

É imprescindível, quando nos reportamos a uma região, mencionar o continente que a contém. Necessariamente, o continente é algo que se diferencia da região, e que de certa forma permite, distingui-los. Toma-se por continente, no presente estudo, não por ironia, a *ilha* de Santa Catarina.

## 5.2. A BACIA DO ITACORUBI

A bacia do Itacorubi (Figuras 1 e 2) está localizada na região centro-oeste da ilha de Santa Catarina, ( $27^{\circ}34'35''$  -  $27^{\circ}37'57''$  de latitude sul e  $48^{\circ}28'25''$  -  $48^{\circ}33'00''$  de longitude oeste) e possui área aproximada de  $23\text{km}^2$ . Abrange hoje, os bairros Jardim Santa Mônica, Córrego Grande, Parque São Jorge, Itacorubi e Trindade (Figuras 3 e 4), reúne centros decisórios, comerciais e de serviços e nesta bacia localiza-se o Campus Universitário da UFSC. Tendo como divisores-de-águas o Maciço Central a oeste e as cadeias do Morro da Lagoa, Morro do Quilombo, Morro do Pantanal e Córrego Grande a oeste.

A bacia é constituída por duas unidades geomorfológicas: o complexo cristalino do proterozóico superior ao eopaleozóico e por depósitos sedimentares do Quaternário. O sistema cristalino está representado principalmente por granitos e granodioritos, enquanto que a planície sedimentar está constituída por sedimentos argílico-sóltico-arenosos típicos de mangues, areno-sílticos-argilosos de baías e lagunas e colúvio-alúvio-eluvionares indiferenciados (Caruso Jr, 1993, apud Dutra, 1998).

A cobertura vegetal ocupa aproximadamente  $15\text{km}^2$  da área da bacia, predominando vegetação secundária. Remanescentes da floresta primária, ombrófila densa, são encontrados sobre aproximadamente  $150\text{m}^2$  nas zonas mais elevadas na parte nordeste, sendo que na planície sedimentar formações pioneiras representadas pelas espécies típicas de mangue, ocorrem sobre aproximadamente  $1,42\text{km}^2$ , constituindo o manguezal do Itacorubi, (Soriano-Sierra 1993, apud Dutra, 1998). Segundo a classificação de Kopën, a ilha de Santa Catarina encontra-se no limite sul da zona sub-tropical, enquadrando-se no grupo mesotérmico úmido com chuvas distribuídas uniformemente durante o ano. De maneira geral, a temperatura está na dependência da maritimidade, desempenhando um papel regulador ao contraste térmico. A média anual da temperatura varia em torno de  $20^{\circ}\text{C}$ , sendo que possui verão e inverno bem definidos, enquanto que outono e primavera apresentam características similares (Dutra, 1998).

A precipitação é bastante significativa, aproximadamente  $1500\text{mm/ano}$ , não existindo estação seca, e no verão geralmente são registrados os maiores índices pluviométricos. A umidade relativa do ar é alta, com média mensal em torno de 82%; o valor médio da insolação é de 2026 horas, representando 46% do total possível e as taxas médias anuais de evaporação são de  $1019\text{mm}$ . Na região a massa de ar quente Tropical Atlântica e Tropical Continental provocam ventos do quadrante norte, enquanto massas frias (Polares) são transportadas por ventos frios e úmidos desde o quadrante sul (Dutra, 1998).

A Bacia do Itacorubi é drenada pelos rios do Sertão, Córrego Grande, Itacorubi e seus afluentes, além de alguns canais de drenagem menores. Esta bacia tem como principais características as declividades acentuadas nas cabeceiras e as baixas declividades a jusante, principalmente na região do manguezal do itacorubi. Seus rios deságuam na Baía Norte, através do mangue do Itacorubi (SANTOS, 2001).

### **5.3. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI.**

#### **5.3.1. Períodos Constitutivos**

##### **5.3.1.1. O início da Ocupação: da pré-história a 1900.**

Os vestígios mais remotos da presença humana na ilha de Santa Catarina datam de 4.800 a.C, e estão relacionados às comunidades dos sambaquis, que tinham como atividades básicas de subsistência a coleta de moluscos, a caça e a pesca. Os itararés foram o segundo grupos humanos a migrar para a ilha, sinais de sua presença datam do século X. Tinham hábitos diferentes dos povos dos sambaquis, existência de objetos de cerâmica e uma suposta prática da agricultura (CECCA, 1997).

Os índios tupis-guaranis, chamados pelos europeus de carijós, chegaram na ilha de Santa Catarina no século XIV. Praticavam a agricultura, eram ceramistas habilidosos, mas tinham na pesca e na coleta de moluscos as atividades essenciais para sua subsistência. Após contato com os portugueses, os carijós teriam supostamente fugido para o interior, para não serem escravizados.

Os primeiros registros do povoamento europeu na ilha datam do início do século XVI e coincidem com a presença constante de exploradores de madeira, aventureiros e estrangeiros de diversas origens e procedências que transitavam e estacionavam na ilha, sem vestígios de residência.

Segundo Piazza (1987), "além de naufragos e desertores, os religiosos também foram uns dos primeiros elementos que aqui chegaram. Eram eles frades franciscanos, acompanhantes de uma expedição espanhola, em 1538".

A posição estratégica de Florianópolis, situada entre as duas maiores cidades do litoral atlântico da América do Sul - Rio de Janeiro e Buenos Aires, aliada aos excelentes portos do litoral catarinense, como os de São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, tornou a região ponto de parada quase obrigatória para navegadores de todas as bandeiras que transitavam no Atlântico. Além disso, para as embarcações que se destinavam ao Pacífico, estes portos eram os últimos a oferecer segurança para descanso das tripulações, e meios para o abastecimento de víveres e água fresca (PELUSO, 1991).

Em 1530 com o sistema das Capitânicas Hereditárias, a ilha de Santa Catarina foi incluída na Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'ana, numa extensão de território que ia desde Cananéia até Laguna.

É somente com a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho que ocorreu a fundação efetiva da póvoa de Nossa Senhora do Desterro, em 1662. Em 1726, tornou-se independente de Laguna, passando à condição de vila. No início do século XVIII, Desterro vivia da pesca e da pequena lavoura, em regime de isolamento quase completo, mantendo-se como porto de aguada, fornecedor de lenha, de diversos víveres e de madeira para navios danificados. Após a Fundação da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro (1662), o povoamento do interior da ilha ocorreu muito lentamente.

A era do povoamento começou efetivamente com a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, em 1738. Para garantir o povoamento da nova capitania, a Coroa Portuguesa incentivou, entre 1748 e 1756, a intensa imigração de açorianos e madeirenses, que se espalharam pela ilha e litoral do continente, fundando várias freguesias com atividades rurais. No século seguinte, ocorreu a imigração de alemães em São Pedro de Alcântara (1829), em Santa Isabel (1847) e em Teresópolis (1860). Destas colônias eram transportados produtos alimentícios para abastecimento de Desterro (SANTOS, 1995).

A localização dos fortes influenciou no traçado urbano e deu origem às primeiras vias de acesso terrestre (CECCA, 1997). Em 1822 temos a elevação da ilha à categoria de cidade. Em 1876, o plano urbano atendeu ao acréscimo do número de habitantes com a transformação de antigos caminhos em ruas e com a abertura de novas vias públicas.

Os lugarejos e as freguesias só surgiram em meados do século XVIII, desenvolvendo-se de forma mais intensa durante todo o século XIX. Seus habitantes viviam em casas simples, dedicavam-se à pesca e à agricultura, em especial ao cultivo da mandioca, cana, café e milho. Havia numerosos engenhos de farinha de mandioca e moendas de cana, onde fabricavam o açúcar, o melado e a cachaça, que somados à criação de gado, abasteciam o centro da cidade.

O historiador Virgílio Várzea relatou as principais características dos núcleos de ocupação existentes no interior da ilha no final do século XIX. Dentre eles estavam as povoações do Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi e a Freguesia de Trás do Morro (atual bairro da Trindade), cujas características foram assim descritas:

" A freguesia de Trás do Morro, já nossa conhecida pela célebre romaria da Trindade, em sua maior parte, é cultivada de cereais, cafeeiros, cana, pastagens e vinhas (...). O solo da freguesia ocupa vasta área, toda plana e cortada de culturas, que se irradiam em torno da praça onde se acha a igrejinha, cercada de interessantes habitações, dentre as quais se destacam algumas chácaras com jardins. Em Trás do Morro abundam as hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de nédias vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite a capital" (VÁRZEA, 1985).

Neles se realizavam ou a pesca ou a agricultura, predominantemente de subsistência, em terras comunais. O núcleo central era um amálgama de classes e atividades, constituindo uma densa aglomeração, se expandindo a partir da praça central (atualmente praça XV) e margeando a baía sul, onde se encontravam, as atividades portuárias, coração da cidade do Desterro.

### **5.3.1.2. O Estado e a busca pelo “progresso”: de 1900 a 1960.**

É a partir do século XX que o Estado começa a intervir na organização urbana. Na primeira década do século sob o pensamento higienista, então em voga entre os teóricos urbanos, se realizaram tanto as remodelações como o saneamento de áreas insalubres. Calçadas no discurso, o qual as ações eram segundo SUGAI, 2002:44 “... fundamentais neste processo de remodelação e de transição para a

*nova cidade capitalista...*”, essas intervenções também promoveram a segregação sócio-espacial e a ampliação do mercado imobiliário, então incipiente, na ilha.

O desenvolvimento do comércio, das atividades portuárias e o surgimento de uma camada social mais privilegiada também repercutiram na expansão urbana de Desterro. O valor das terras, dentro e na borda das aglomerações, aumentou consideravelmente. Compraram-se e retalharam-se glebas vendendo-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos impuseram uma separação clara entre cidade e campo. Aos poucos foram surgindo os primeiros bairros (VEIGA, 1993).

Em 1926, o estado executa uma obra de grande repercussão, a construção da ponte Hercílio Luz, que estreitou os laços entre a capital e as cidades do interior do Estado. A ligação rodoviária da ilha com o Continente propiciou a rápida expansão e o desenvolvimento imobiliário da península central e das áreas próximas à Florianópolis. Todo o desenho das ruas foi revisto em função da ponte Hercílio Luz.

Os loteamentos de chácaras, pouco freqüentes até 1940, intensificaram-se, como resultado do crescimento populacional do decênio 1940 - 1950. A paisagem da área central da cidade passou a se modernizar com a concentração de edificações e o aparecimento dos primeiros prédios com características mais verticais (observa-se o assobradamento das edificações no sentido norte da ilha, devido principalmente a proximidade com a ponte). A classe menos favorecida economicamente instalou-se no morro ou dirigiu-se para a parte continental da cidade.

Na região da Trindade, o Estado e a Igreja Católica possuíam grandes extensões de terras, sobressaindo-se aos proprietários fundiários locais. As terras pertencentes ao governo do Estado, eram fruto de apropriações ocorridas por volta de 1940, das terras comunais cultivadas por pequenos produtores. O uso das terras comunais foi uma prática açoriana muito comum na Ilha de Santa Catarina até a década de 1940, quando começou a sofrer, de forma cada vez mais acelerada, o processo de apropriação pelas camadas sociais mais influentes e pelo Estado (SUGAI, 1994).

É nessa época que um grupo de arquitetos concebe o primeiro plano diretor da cidade, tendo por objetivo o crescimento econômico de Florianópolis através da industrialização. Evidentemente, o plano de 1954 não foi legalmente efetivado, e permaneceu por muito tempo como transposição material da vontade dos florianopolitanos em livrarem-se da efígie de cidade provinciana (Figuras 5 e 6). Em compensação pouco a pouco se foram efetivando, as intervenções públicas consorciados a especulação imobiliária, na qual o Itacorubi pouco interessava e caracterizar-se-ia como passagem.

### **5.3.1.3. O desejo da metropolização: de 1960 a 1980.**

A década de 1960 foi a mais expressiva para a evolução do plano urbano, com crescimento populacional de 4,57%. Diversos fatores contribuíram para este crescimento, como a construção da Avenida Rubens da Arruda Ramos, conhecida como Beira-mar Norte, considerada a obra de maior importância para o plano



urbano de Florianópolis nos anos de 1960. Vale frisar, numa nítida intervenção de encontro ao que pretendia o plano diretor de 1954. O vetor de expansão segundo este, dar-se-ia através de uma avenida tronco, ligando estreito à baía sul (Figura 7). O interesse residia na especulação imobiliária nas terras situadas ao norte em detrimento do sul, conforme previsto. Neste, lê-se:

O principal problema é econômico: *“Florianópolis está atrasada do ponto de vista industrial e comercial e o seu hinterland não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna”*.

Concomitantemente às obras viárias, o Governo instalou diversos órgãos públicos, localizados na área central da cidade, nas proximidades da Praça XV de Novembro. Pode-se destacar: a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina), primeira sociedade de economia mista do Estado, criada em 1955; o Banco de Desenvolvimento do Estado; o CODESUL (Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul), com os governos do Paraná e Rio Grande do Sul e, o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), todos criados na década de 1960 (FACCIO, 1997).

Com o golpe dos militares (1964), institue-se uma estrutura de planejamento altamente centralizada. O poder federal culpa a ausência de planejamento local pela má aplicação dos recursos municipais. Dá-se início as políticas de Plano Nacionais de Desenvolvimento (PND's). Os tecnocratas atribuem imensa eficácia ao planejamento, que com suas soluções “técnicas e racionais” (e por isso verdadeiras, logo, as melhores!) permitiriam resolver os problemas sociais e urbanos emergentes.

Dois fatores podem ser considerados fundamentais de efetivação de um novo plano: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a construção da Rodovia BR-101 (PELUSO, 1991). A primeira, depois de acaloradas discussões também teve sua sede transferida do projeto de Centro Cívico da Baía Sul para a Trindade. O primeiro Plano Diretor de Florianópolis, desaconselhava a implantação do novo Campus da UFSC nas terras da Trindade por achar o terreno inadequado e por estar situado no sentido contrário ao crescimento da cidade, que se daria na direção do continente, com a construção do Porto. Para a área da Trindade estaria destinada a construção de quartéis, polígonos de tiro, etc. Segundo o Plano, a universidade deveria ser construída em área de aterro junto à Baía Sul, pois "a idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação" (PAIVA, 1952).

A construção da BR-101 também teve seu mote. Sob os auspícios da emergente ditadura militar, o discurso convergia para a diminuição das disparidades regionais, ou seja, criação de pólos indutores de crescimento regional. Diante deste panorama a Rodovia BR-101 exerceria um papel importante no escoamento da produção. “Crescer o bolo para depois dividir” consistia uma das sentenças comumente apresentada pelos políticos dirigentes. Numa versão regional: “Tirar o 0 (zero) da 101.” conforme acrescentava o Arq. Luiz Felipe da Gama D’Eça, criador do ESPLAN, escritório de planejamento que assume uma postura desenvolvimentista face ao plano anterior de 1954, realizado pelos gaúchos Edgar Graef, Demétrio Ribeiro e Edvaldo Paiva.

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos órgãos foram construídos e instalados no Itacorubi. Pode-se destacar: O CETRE da EPAGRI - Centro de Treinamento da EPAGRI (1964); Secretaria da Agricultura (1975); ACARESC,

EMPASC E ACARPESC (1975), que posteriormente passaram por um processo de fusão formando a EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina (1986); CCA/UFSC - Centro de Ciências Agrárias da Ufsc (1977) e, CIDASC - Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (1982). Somados aos órgãos públicos voltados para o setor agrícola foram construídos o CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A (1975); TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina (1976); UDESC - Universidade para o desenvolvimento de Santa Catarina; CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina (1990); CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina, dentre outros.

Tudo isso demonstra a maciça intervenção estatal no desenvolvimento urbano no sentido de atrair o capital, como especifica Gama d'Eça: "Para que a entidade metropolitana possa atingir seus objetivos, deverá estar em condições de *captar recursos diversos, comprar, desapropriar, vender, lucrar, investir, reinvestir, construir, demolir e manter e, ainda, de impulsionar a iniciativa privada.*" (ESPLAN, 1976. Grifos nossos.)

Entre os loteamentos aprovados, muitos foram destinados às classes média e média alta, para atender a crescente demanda de funcionários dos órgãos públicos, que desejavam morar próximo ao local de trabalho. São exemplos: o Loteamento Santa Mônica (1970), Parque São Jorge I (1972), Parque São Jorge II (1982), Flor da Ilha I (1974), Flor da Ilha II (1981), Jardim Anchieta (1975), Jardim Germânia I (1983) e Jardim Germânia II (1998).

Até a década de 1970, as terras da Trindade e adjacências possuíam baixo valor comercial. Segundo Sugai (1994), de 1970 a 1993, registrou-se uma valorização fundiária de 976,90% na Carvoeira, e de 2.732,40% no Jardim Anchieta, locais utilizados para a construção de residências para os funcionários da ELETROSUL. A Trindade foi o bairro que mais se valorizou ao longo de 20 anos, com 3.356,20%, crescimento expressivo se comparado ao do centro da cidade, que registrou 516,50% no mesmo período.

O interesse do capital imobiliário pelos bairros da Bacia do Itacorubi surgiu, ainda que timidamente, em 1941. Na década seguinte, quando já se discutia se a localização da universidade se daria no centro (de acordo com o Plano Diretor de 1955) ou na Trindade, foram aprovados 8 loteamentos. Nas décadas de 1960 e 1970, período de instalação dos órgãos públicos, os loteamentos aprovados na Bacia do Itacorubi passaram a representar 20% e 22% do total. Segundo dados do IBGE (2000), esta região reúne uma população de 39.960 habitantes. A Trindade é o bairro mais populoso, com 15.031 habitantes. O Pantanal foi o bairro que obteve maior percentual de crescimento em relação aos dados apresentados no Censo Demográfico de 1991, com 169%, seguido do Itacorubi, com 145%. No período de 1990 a 2002, registrou-se um acúmulo de 763.417,73m<sup>2</sup> de área de Habite-se nos bairros da Bacia do Itacorubi. A Trindade foi responsável por 37,23%, da área total de Habite-se, seguida pelo bairro Itacorubi com 23,41%. A Trindade também foi o terceiro bairro em área de Habite-se de Florianópolis, perdendo apenas para o Centro e Canavieiras, evidenciando o contínuo interesse do capital imobiliário pela região da bacia.

O rodoviarismo é o elemento primordial do plano. Grandes vias-expressas cortariam a ilha, construir-se-ia o aterro que fosse necessário. Defendeu a

construção da nova ponte, a Colombo Salles, como o ponto chave: “Daí nasceu a convicção de que somente com uma nova ligação ilha-continente poder-se-ia curar a esclerose que impedia o progresso e a expansão da Capital (ESPLAN, 1976)

#### **5.3.1.4. A cidade midiática: de 1980 até os dias atuais (e futuros).**

O ESPLAN deu origem ao atual IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), o órgão é responsável pela execução das obras de interesse público na capital, bem como na regulação e gestão do espaço urbano. Podemos caracterizá-lo como um órgão altamente centralizador e hierárquico, onde as intervenções ainda sofrem com resquícios do plano anterior de 1976, do tipo cima para baixo. O Plano diretor do Distrito Sede de 1998, legislado, pragmático e altamente instrumental, é uma das suas principais realizações. Observa-se com frequência, a burla deste em conivência com uma política que alegam segundo, incrementar o potencial turístico, ao passo que em algumas apropriações de baixa renda em terrenos menos especulados como nas encostas de morro, como podemos observar com frequência no Maciço do Morro da Cruz, é aplicado o rigor da lei sistematicamente. Sem falar no clientelismo que impera na Câmara Municipal ao fazer os projetos de lei de alteração de zoneamento.

Em linhas gerais, o que propõe o Plano é o *marketing* de uma cidade turística, (“Ilha da magia”, “capital da gente” e “capital turística do Mercosul” são exemplos de epítetos veiculados pelos meios de comunicação com o intuito de se aglutinarem ao nome da cidade) e com infra-estrutura, porta de entrada de qualquer tipo de investimento de ordem privada. Além disso, expressa suas vocações turísticas, atrelando um discurso ecológico que é falacioso, haja vista a impunidade frente à explosão demográfica descontrolada. No plano ideológico, tenta insistentemente manipular a opinião pública, fazendo-se acreditar que a abertura e manutenção das estradas é única alternativa para o progresso e o desenvolvimento. Tem-se notado, no entanto que as intervenções têm-se mostrado paliativas, já que tentam contornar problemas, impulsionando outros maiores como, por exemplo, a indução do uso massivo do automóvel individual, como um ciclo vicioso.

Atualmente, tem-se assistido sistematicamente a implantação de uma política rodoviarista na capital catarinense, privilegiando o transporte individual em detrimento do transporte de massa, ou seja, continua-se a seguir a lógica tecnicista. A construção da via expressa sul no bairro do Saco dos Limões (Figuras 8 e 9), conforma um novo circuito, enredando o centro com a região compreendida pelo Itacorubi, Norte e Leste da Ilha, circundando o Morro da Cruz. As edificações de Terminais Integrados de Ônibus e a massiva manipulação de recursos na construção e manutenção de vias atestam a grandiosidade destas intervenções que tem por iniciativa aumentar o fluxo de veículos automotivos. Ocupação essa de encontro à histórica ocupação através das estradas gerais, de onde antes passavam prosaicos carros-de-boi.

A construção das vias de tráfego rápido aparece como única alternativa viável para o bem-estar de Florianópolis (mobilizando inclusive para isso, a opinião pública), projetada pelo *City Marketing* de uma cidade moderna e com amplas vocações turísticas; aberto a implantação de empreendimentos privados de diversas

ordens. A obstrução pelo tráfego lento, nos períodos de Verão (quando a cidade aumenta consideravelmente sua população) aparece como um entrave eminente e que podem abalar essa imagem projetada.

Enquanto isso, constata-se uma intensificação no que tange a densificação nas margens destas vias, podemos citar a av. Lauro Linhares, Pio Duarte e SC- 401. Uma das maiores problemáticas reside na inexistência de uma rede de Coleta de Resíduos, quando não mesmo, do abastecimento d'água que se torna comprometido em alguns períodos do ano. Todas estas questões se assomam à proximidade e ocupação tipo aterro no mangue do Itacorubi, provocando a inundação de boa parte das casas padrão classe média no fenômeno das cheias, além da segregação sócio-espacial conformada pela presença de condomínios residenciais fechados, redes de empreendimentos como *shopping centers*, *carrefours* e, de até mesmo, um parque tecnológico, os quais acentuam as mazelas apontadas anteriormente.

#### **5.4. O DIAGNÓSTICO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS NA BACIA DO ITACORUBI.**

##### **5.4.1. Transportes**

A problemática dos transportes na Bacia do Itacorubi está relacionada ao seu desenvolvimento histórico, visto que a malha viária atual é resultado do processo de desmembramentos dos grandes lotes fundiários do período colonial, ou seja, o deslocamento nessa região, como na maioria da cidade, se baseava em estradas gerais, que ligavam a frente dos lotes entre si. Com o processo de desmembramentos desses lotes, através da divisão, venda e permuta de terras hereditárias, começa-se o surgimento de servidões que não se interligam entre si, tendo-se nas estradas gerais, atualmente conhecidas como vias principais, o único elo de ligação entre as diversas áreas da cidade.

A malha viária, incapaz atender de maneira eficiente, gera uma série de agravantes que dificultam ainda mais o fluxo de veículos. Sendo esta o único elo de ligação Lagoa-Centro atendendo à população da cidade, esta região, que já consiste em uma malha deficitária passa por ainda maiores dificuldades quando o assunto comentado é o transporte público. Ressaltando ainda, que sendo um dos percursos turísticos mais utilizados da ilha, a Rodovia Admar Gonzaga, que liga a Lagoa ao centro de Florianópolis, fica praticamente intransitável durante o verão, nos períodos de grande movimento.

A desarticulação das áreas que compõe a região da Bacia do Itacorubi se faz presente também no transporte público. A inserção de um transporte coletivo da cidade, não criou linhas de ônibus que pudessem gerar percursos de modo a dinamizar os deslocamentos. Esse sistema de Terminais integrados foi implantado de maneira diferente ao que se fora inicialmente proposto, sem a implantação de um terminal na região da bacia do Itacorubi.

Estudos feitos pelo núcleo de transportes do governo de 1993-96, apontam idéias cujas soluções se apresentam aplicáveis e repercutiriam de maneira mais eficiente no processo de deslocamento na região.

#### 5.4.2. A Questão Ambiental

O manguezal do Itacorubi (Figura 10), assim como todo mangue, é um ecossistema delicado, sendo que “a ocupação antrópica (canalização, aterros, lixo, represamento, vias) acarreta modificações na qualidade e na produtividade desse ecossistema, alterando suas propriedades físicas, químicas e biológicas” (p. 21).

Localizando-se no sopé de vários morros, constitui-se no destino das águas que nascem e correm pelas encostas, posteriormente desaguando no mar. Apresenta espécies vegetais típicas adaptadas à flutuação de salinidade e condições propícias para a proteção e reprodução de espécies de animais.

Apesar dessas características ambientais, o mangue do Itacorubi nunca recebeu a devida proteção. Já na antigamente podia-se explorá-lo, como para a extração de madeira. Depois, com a intensa ocupação urbana da região, a influência antrópica tornou-se mais severa. Lixo, dejetos e esgoto sem tratamento específico começaram a ser despejados no mangue. Para piorar, no final da década de 50 implanta-se no mangue o lixão da cidade. Em 1969 aterra-se grande parte do mangue para possibilitar o loteamento do bairro Santa Mônica. Nessa época já havia redução de 36% na fauna do ecossistema.

O Bairro do Santa Mônica se somou a outros bairros que hoje cercam o mangue: Trindade, Pantanal, Córrego Grande e Itacorubi. As ocupações mais recentes não seguiram o conhecimento adquirido dos antigos moradores da região sobre as áreas de cheia. Enquanto os antigos delimitaram as áreas alagadiças das não alagadiças com uma estrada geral, as novas ocupações simplesmente se instalaram ao nível do mangue, sofrendo, desse modo, constantes inundações. Para remediar esse problema, foram abertos canais de drenagem no meio do mangue, o que nunca deu certo, além de ser um grande impacto ecológico.

Todos esses acontecimentos acarretaram a diminuição do índice de vegetação, diminuindo as barreiras naturais que continham a velocidade da água em períodos de precipitação elevada. Além disso, as formas retilíneas impostas sobre a rede de drenagem do manguezal podem inverter a função de dispersor da velocidade das águas e filtrador do escoamento continental, não retendo a matéria orgânica em dispersão. É também “notável o aumento de sedimentação na borda de contato entre o mangue e o mar, evidenciando camadas de sedimentação recentes provindas de todo o complexo hidrográfico do Itacorubi”.

Um estudo visando a análise das capacidades de descargas em seções de bueiros, córregos e pontes na Bacia do Itacorubi foi realizado em 1996 pelo Laboratório de Drenagem Urbana (LABDREN), do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, em atendimento à solicitação da Associação Comunitária do Jardim Santa Mônica, apontando a necessidade de redimensionamento das seções em vários pontos. As seções escolhidas foram

consideradas críticas por terem sofrido transbordamento, inundação ou erosão durante as chuvas do final de dezembro de 1995.

Além do redimensionamento, as recomendações mais gerais sobre a drenagem em toda a bacia são também as mais importantes para a prevenção de enchentes: 1) o corte de vegetação indesejável, retirada de assoreamento e pedras carregadas pelo escoamento e manutenção da limpeza das seções de escoamento, 2) a faixa de proteção sanitária deve ser observada em todos os cursos d'água. Esta faixa representa a zona de inundação natural que protegem os canais, reduzindo a velocidade das águas e a erosão das margens, ajudando a evitar o afluxo de sedimentos, 3) a construção de ombreiras, muros de ala e proteções com caixas de gabiões, diminuindo o risco de erosão e de enchentes.

## **5.5. FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO**

### **5.5.1. A Questão Ambiental**

Ultimamente tem-se realizado ações como tentativas de preservação do manguezal: em 1998 desativou-se o lixão da cidade (mas o local ainda funciona como estação de transbordo); em 1999 criou-se o Parque Manguezal do Itacorubi, com objetivos educacionais. Mas estas ações ainda se fazem inócuas frente à realidade da situação. Assim, propomos:

- a construção de uma estação de tratamento de esgoto que desse conta das águas servidas pelos bairros adjacentes ao mangue;
- re-dimensionamento e desobstrução da micro e macro-drenagem existente, além da formulação de um programa permanente de limpeza e a construção de novos canais de drenagem delimitando as áreas de mangue;
- impedimento de toda e qualquer futura ocupação humana nas áreas remanescentes dos mangues;
- aprofundamento e aumento da abrangência da função educativa do parque Manguezal do Itacorubi;
- incentivar a recuperação de áreas verdes na região, promovendo uma maior permeabilidade do solo.

Talvez assim consigamos preservar o mangue, não só como berço de várias espécies vegetais e animais como também de sua importância ecológica para toda a região da bacia do Itacorubi, e por que não, para a Ilha de Santa Catarina como um todo.

### 5.5.2. Transportes

- A inserção de um terminal no bairro Itacorubi.
- O deslocamento do terminal do Saco dos Limões, para o lado do Armazém Vieira;
- Criação de uma linha que fizesse o percurso Saco dos Limões – Carvoeira – Serrinha – Santa Mônica – Itacorubi – Córrego Grande – Pantanal;
- Criação de uma linha que articularia a porção Norte com o Sul da Ilha;
- Incorporações de comércio e serviços institucionais básicos nos terminais de integração;
- Adoção de uma tarifa única, exceto as linhas subsidiadas pelo governo municipal.

A implantação dessas propostas seria de grande avanço para facilitar o deslocamento do contingente populacional da região, além de incentivar as pessoas a usarem o transporte, já que as pessoas poderiam se deslocar pela cidade, e nos intervalos entre as conexões, pagar taxas de água, luz entre outros; ou comprar produtos alimentícios ou de outro gênero no sem que para isso tenha que pagar uma nova “passagem”.

A tarifa única permitiria aos órgãos responsáveis um maior controle e austeridade nas propostas de reajustes do transporte único. Outro fato importante ressaltar, é com relação ao deslocamento do terminal do Saco dos Limões para ao lado do Armazém Vieira, visto que sua localização atual o deixa “isolado”. Tal modificação auxiliaria as pessoas que vem do Sul e desejam ir para a faculdade, já que hoje são obrigadas a parar em um ponto na geral da costeira, até o primeiro ponto na Rua Deputado Antônio Edu Vieira; com a alteração de posicionamento do terminal, possibilitaria que as pessoas fizessem sua conexão no terminal.

Paralelamente a isso, propõe-se um sistema de transporte coletivo baseado em outras alternativas, como por exemplo, o transporte por balsas ou, como situação já existente em outras cidades do país, o transporte público através de catamarãs, sendo que o percurso de “contorno” a ilha seria de grande utilidade para grande parte da população. Note que há espaço para esse tipo de serviço, faltando apenas o incentivo de empresas privadas que assumissem este. Outro meio de transporte proposto seria o sistema de aeromóvel, que teria fins tanto públicos como turísticos. O aeromóvel percorreria toda a extensão da Ilha, passando em regiões de grande apelo turístico. Os terminais de integração serviram como conexão desses dois sistemas de transportes coletivos. A proposta seria de que o serviço prestado pelos turistas durante a temporada, subsidiasse este meio de transporte à população durante o resto do ano.

Outra proposta é o estudo de uma malha viária que conectaria as servidões de modo a formar vias paralelas as estradas gerais, dividindo o grande fluxo.

Todas as alternativas acima citadas são extremamente dignas de serem propostas. O estudo destas é um comprometimento da cidade e de sua população com a melhoria do sistema de transporte na cidade impulsionaria a nossa cidade sim

para um pólo turístico que atendesse, acima de tudo, aos interesses de sua população.

### **5.6. ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO NA BACIA DO ITACORUBI.**

Visando a implementação das estratégias propostas pelo grupo, utilizar-se-á o atual Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, buscando reformulá-lo. Consecutivas políticas de melhorias do sistema viário, transformaram-no em um órgão descreditado. Pretende-se então, a reformulação do mesmo, dado as propostas que seguem em níveis de atuação, desvinculando-o do pragmatismo de intervenção na cidade que coloca a noção de desenvolvimento privado como primazia em detrimento da vida urbana, e do interesse público. Dividem-se, os níveis em três, o primeiro global-teórico, que visa a participação interdisciplinar, o político-ideológico, que contempla a participação pública, e em níveis práticos-operacionais, que tratam das intervenções por ora, propostas. Vide anexo (Figura 11), um mapa espacializando as propostas desenvolvidas até então.

#### **Em nível global-teórico:**

- Criação de um Instituto de planejamento e estudos urbanos interdisciplinar para Florianópolis e adjacências. (entendendo que não se deve privilegiar o caso de metrópoles, elas mesmas das cidades conurbadas). Convidando economistas, jornalistas, antropólogos, sociólogos, engenheiros, historiadores, geógrafos, arquitetos e urbanistas a participação nas decisões, evitando dar aos últimos o papel de interventores do espaço urbano. Articulando proposições que levem em conta a realidade concreta atual.

#### **Em nível político-ideológico:**

- Conscientização da opinião pública sobre as problemáticas, e realização de assembléias e reuniões para buscar compreender as necessidades para equacionamento das “n” alternativas, que atendam a qualidade de vida de todos em Florianópolis. Evitando decisões parciais e hegemônicas, bem como, ainda a tabula rasa da democracia, ou seja, o discurso da maioria.



### **Em níveis práticos-operacionais:**

• **Quanto à rede de drenagem:** O Laboratório de Drenagem Urbana (LABDREN) da UFSC possui propostas interessantes para uma das porções mais críticas da região da Bacia do Itacorubi, que compreende os bairros Santa Mônica e Itacorubi. As propostas têm em vista uma apropriação humana ecologicamente mais adequada, prevenindo o impacto das enchentes. Desse modo, resolvemos nos apropriar do projeto por considerarmos pertinente e factível. Constitui-se de:

- Redimensionamento da rede coletora.
- Corte de vegetação indesejável, retirada de assoreamento e pedras carregadas pelo escoamento e manutenção da limpeza das seções de escoamento.
- A faixa de proteção sanitária deve ser observada em todos os cursos d'água. Esta faixa representa a zona de inundação natural que protegem os canais, reduzindo a velocidade das águas e a erosão das margens, ajudando a evitar o afluxo de sedimentos.
- A construção de ombreiras, muros de ala e proteções com caixas de gabiões, diminuindo o risco de erosão e de enchentes.

• **Quanto ao sistema de transportes:** é particularmente sensível nas temporadas de verão o desequilíbrio entre a demanda de veículos e o suporte do sistema. Frente a esta situação de esgotamento da capacidade viária, propõe-se uma rede alternativa de transportes, buscando destituir a hegemonia impressa pelo automóvel criando terminais marítimos de integração ilha-continente. A escolha de um terminal na Ponta do Coral procura atender a uma demanda significativa de traslado de pessoas; uma linha de ônibus faria uma ponte entre o terminal urbano e o marítimo.

• **Quanto às áreas públicas:** criação de áreas públicas com uma atenção especial aos equipamentos públicos, resgatando o papel dos parques e praças enquanto importantes áreas livres de lazer e entretenimento, bem como de uma educação do indivíduo face ao público. O terreno da Penitenciária (a ser desativada) possui uma grande área que pode comportar um parque público.

• **Quanto à promoção de eventos:** criação de Eventos esportivos, sociais e culturais na UFSC e nos Parques do Córrego Grande (remodelando este último). Fomentando o lazer e a prática desportiva.

• **Quanto à regulamentação do parcelamento do solo:** Quanto à proibição e reprojeto dos atuais condomínios fechados (presentes hoje nos bairros Parque São Jorge, Jardim Germânia, Córrego Grande e Santa Mônica), considerados como inibidores da apreciação pública. Para o presente tópico, deverá-se estudar casos bem sucedidos, aplicando a realidade presente.

Evitar a verticalização dos edifícios ao longo da malha viária principal que necessitam o aporte de uma estrutura, bem como a edificação de *containers* urbanos de grande fluxo (rasga-solo).

- **Quanto à segurança:** Para questões de segurança, evitar delegar à Polícia os papéis de vigilância, imbuindo à necessidade de maior apropriação do espaço público.

- **Quanto à democratização da política urbana:** Acessibilidade das informações pelo Instituto de Planejamento ao público, bem como, transparência nas intervenções. Essas medidas, entretanto, fomentariam ainda mais a especulação imobiliária. Quanto a isto, não temos solução à vista.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vontade de mudança é que se funda o Urbanismo. Todo o campo científico que o constitui visa a analisar uma realidade existente afim de *transformá-la*. Obviamente, sua utilização está à mercê de quem possui o poder econômico, político, ideológico. A razão instrumental, de posse do conhecimento adquirido, o manipula em seu proveito, visando à manutenção do *status quo*. Desde a Revolução Industrial até os dias de hoje o Urbanismo se caracterizou em seguir as necessidades do capitalismo em suas diversas formas. Assim, para a industrialização seguiu-se o urbanismo tecnocrata, para a desindustrialização o urbanismo de gestão, e, atualmente se realiza o urbanismo do simulacro em nome do city marketing.

A região da Bacia do Itacorubi não foge à regra. Sua configuração territorial demonstra o pragmatismo com que se realizaram as intervenções urbanas, seja por parte do Estado, seja por parte da iniciativa privada, tendo a especulação imobiliária como a regente deste processo. No entanto, este pragmatismo, em busca do retorno imediato, criou situações conflitantes nas quais a remediação é mais dispendiosa em termos de tempo e recursos. A ocupação indiscriminada das áreas ao redor do manguezal impactou severamente seu ecossistema ao mesmo tempo em que obrigou a população residente a sofrer com as cheias freqüentes. Agora, tenta-se a solução com projetos de engenharia e aberturas de canais de drenagem no próprio mangue. O sistema viário também se apresenta como um problema de difícil solução. A falta de conexão entre as vias locais, fazendo o fluxo escoar para as poucas vias coletoras, a falta de incentivo ao transporte público coletivo, fizeram com que a malha viária tivesse sua capacidade esgotada. Buscando sanar estes problemas, faz-se acreditar que a duplicação de vias e a construção de elevados são as únicas alternativas.

De fato, a prática do atual Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) vem ao encontro da valorização do solo e da vinculação na mídia de uma cidade turística modelo, atrativa ao investimento privado e escamoteadora de conflitos. Dentro de um pensamento neoliberal, esta iniciativa, é a esperada, pois compete ao Estado dar aporte e infra-estrutura. A iniciativa privada recebe as benesses enquanto cabe ao resto da sociedade o ônus das apropriações

predatórias. A permissão à construção de *shoppings centers* e a verticalização sem precedentes na região da bacia ilustram a estrutura das políticas de gestão urbana. Vale lembrar, nessas discussões, o episódio do apagão (outubro de 2003) que colocou em xeque as atuais categorias de sistemas de engenharia na cidade de Florianópolis.

A universidade pode desempenhar um papel fundamental neste contexto. Indo além do senso comum e não participando da lógica vigente, ela possui a liberdade da especulação, da formulação de teorias, da análise daquilo que se está produzindo na cidade, da revelação do que se esconde por trás do discurso. Este trabalho foi uma experiência que se guiou nestes princípios. Relacionando Urbanismo e Geografia, pôde-se levar o estudo a abordar um escopo mais abrangente, saindo da mera descrição de áreas pontuais e isoladas da cidade, abarcando toda uma região em íntima conexão com o todo que a contém. Assim, o presente trabalho constituiu-se como uma tentativa de equacionar os problemas de uma região enredada globalmente. Nessa perspectiva, construiu-se um legado referente às discussões, discorrendo sobre conceitos que tangem ao campo de conhecimento, que é o Urbanismo, e formuladas idéias de diretrizes e estratégias, as quais têm em foco servir aos interesses públicos em primeiro lugar, à cidade, enfim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDY, Rógis Juarez. **Uso de Sensoriamento Remoto para análise ambiental do Parque Manguezal do Itacorubi – Florianópolis-SC.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil pela UFSC. Florianópolis, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural.** Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.
- CRISTO, Sandro Sidnei Vargas de. **Análise de Susceptibilidade a Riscos Naturais Relacionados às Enchentes e Deslizamentos do Setor Leste da Bacia Hidrográfica do Rio Itacorubi; Florianópolis – SC.** Orientação: Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia de Paula Herrmann. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2002.
- ESPLAN. **Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis,** Volume 1, Florianópolis, 1971.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** Ed. Centauro, São Paulo, SP, 2001.
- LISBOA, Armando de Melo (org.). **Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas socio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** Editora Insula. Florianópolis, 1996.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana,** Ed. Vozes, São Paulo, SP, 2001
- \_\_\_\_\_. **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades Uma Trajetória Incompleta.** FAU, USP.
- MELO, Osvaldo Ferreira de (org.). **História Sócio Cultural de Florianópolis.** Editora Lunardelli. Florianópolis, 1991.
- PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar, Florianópolis. **Plano Diretor.** Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1952.
- Plano Diretor de Florianópolis,** 1976.
- Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis,** IPUF, 1998.

- ROLNIK, Raquel – **Planejamento Urbano nos Anos 90; Novas perspectivas para velhos temas**, SP 1994.
- RONCAYOLO, Marcel – "**Região**". In, Enciclopédia Einaudi, vol 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.
- \_\_\_\_\_. "**Paisagem**". In: Enciclopédia Einaudi.vol 8. Imprensa Nacional. Lisboa, 1986.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Desafio Metropolitano - um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro , 2000.
- SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte-Ilha**. Dissertação de Mestrado FAUUSP. Volumes 1 e 2. São Paulo, 1994.
- VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Ed. Lunardelli. 2ª edição. Florianópolis, 1985.
- VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis – Memória Urbana**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1993.

## **ANEXOS**

## Lista de Figuras



**Figura 1.** Panorâmica da Bacia do Itacorubi.Lair Schweig, 2002.

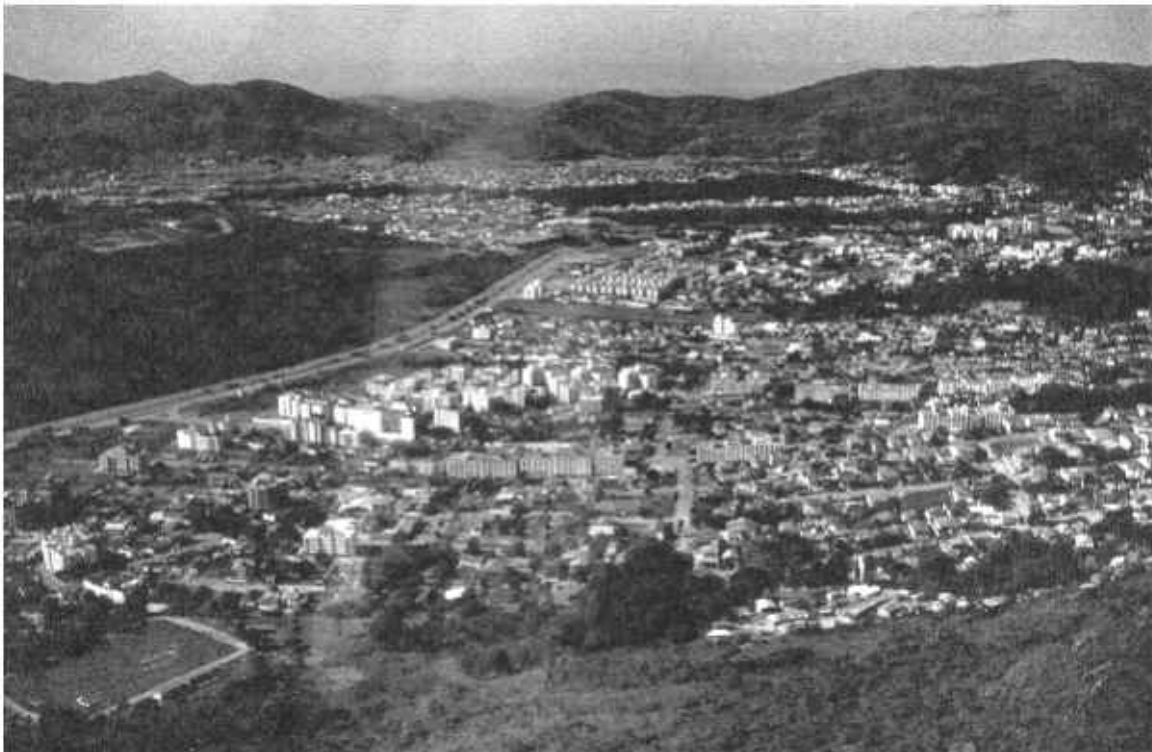


**Figura 2.** Foto da Bacia do Itacorubi.Lair Schweig, 2002.

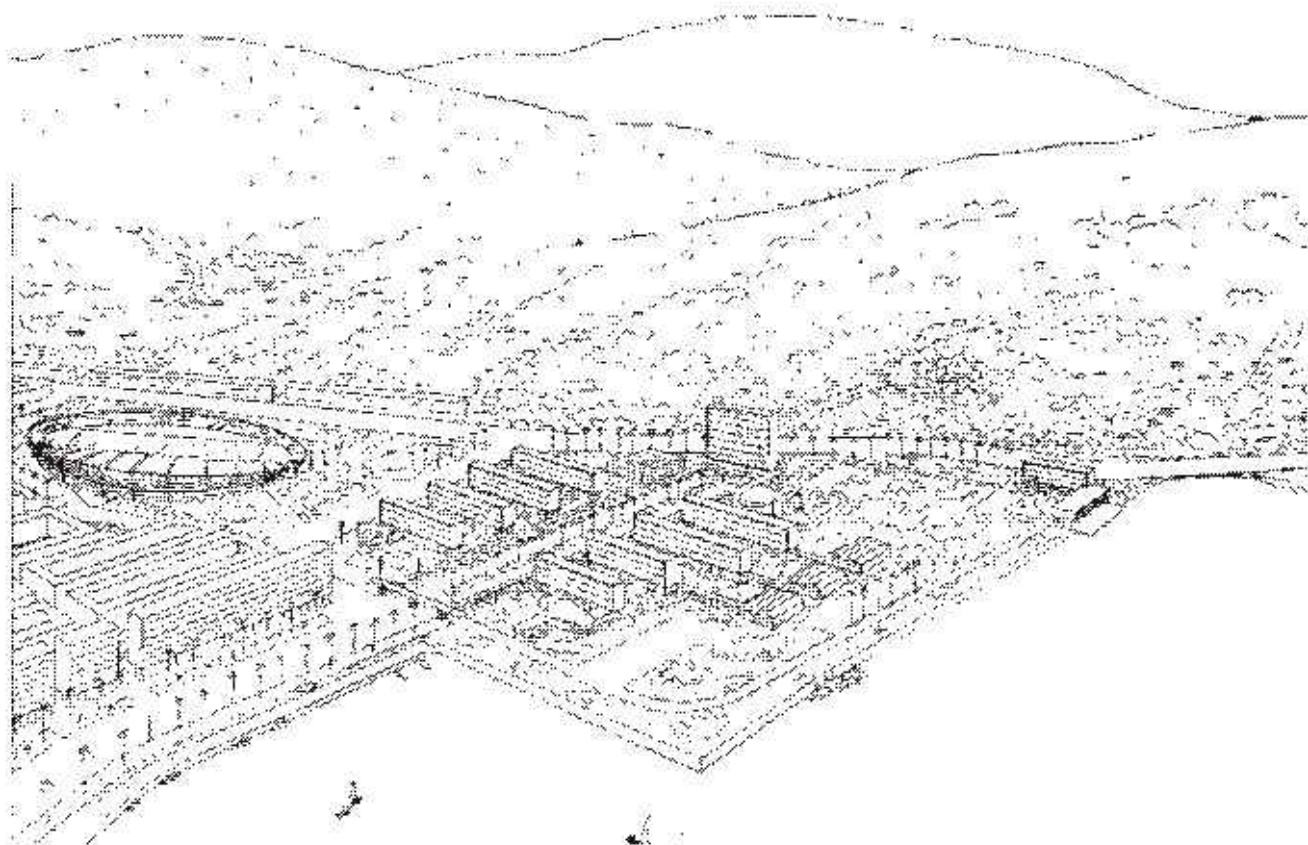




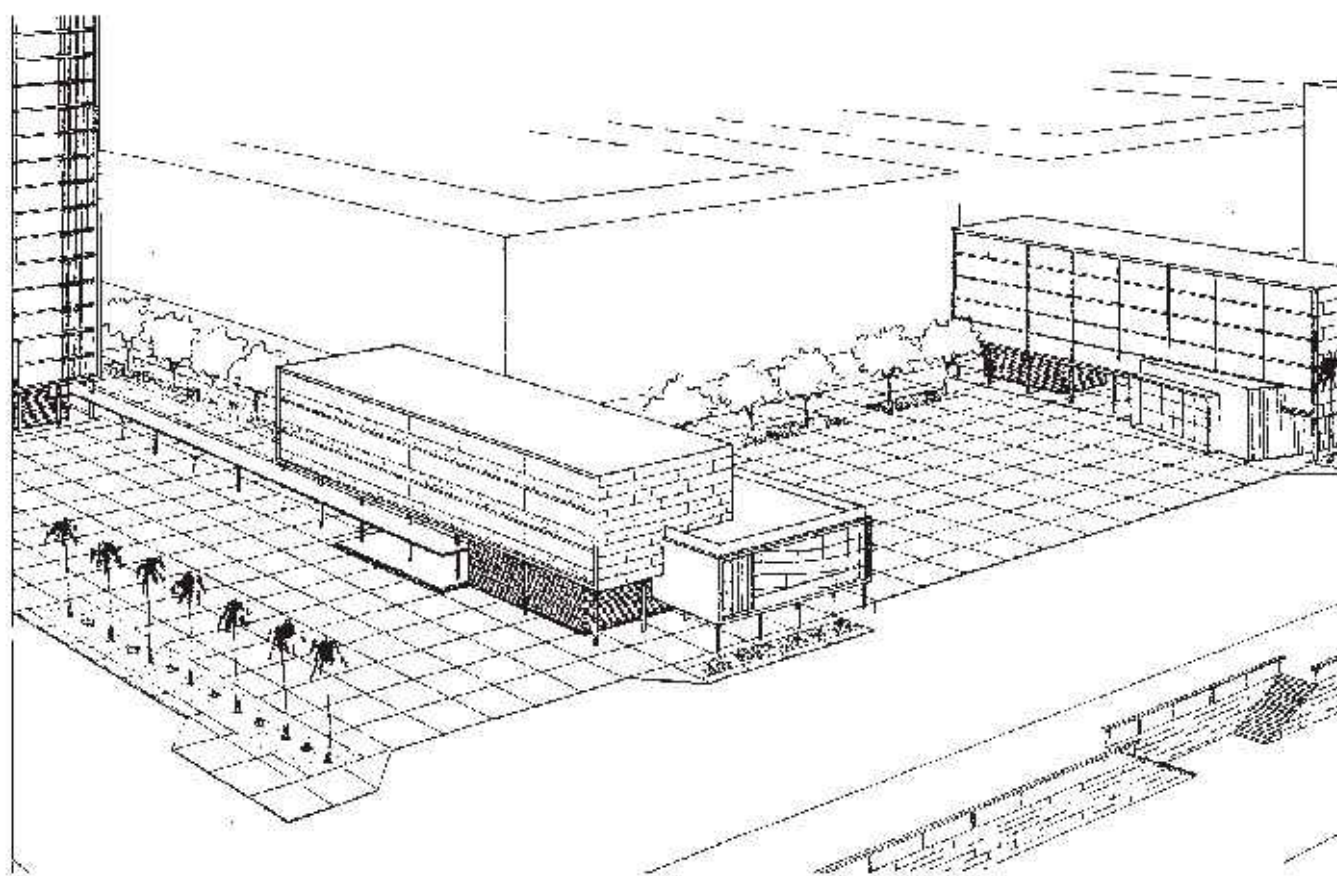
**Figura 3.** Foto da Trindade em primeiro plano. Ao fundo, Carvoeira, Pantanal e Saco dos Limões. A esquerda o Mangue do Itacorubi, 1992. In: SUGAI, 1994.



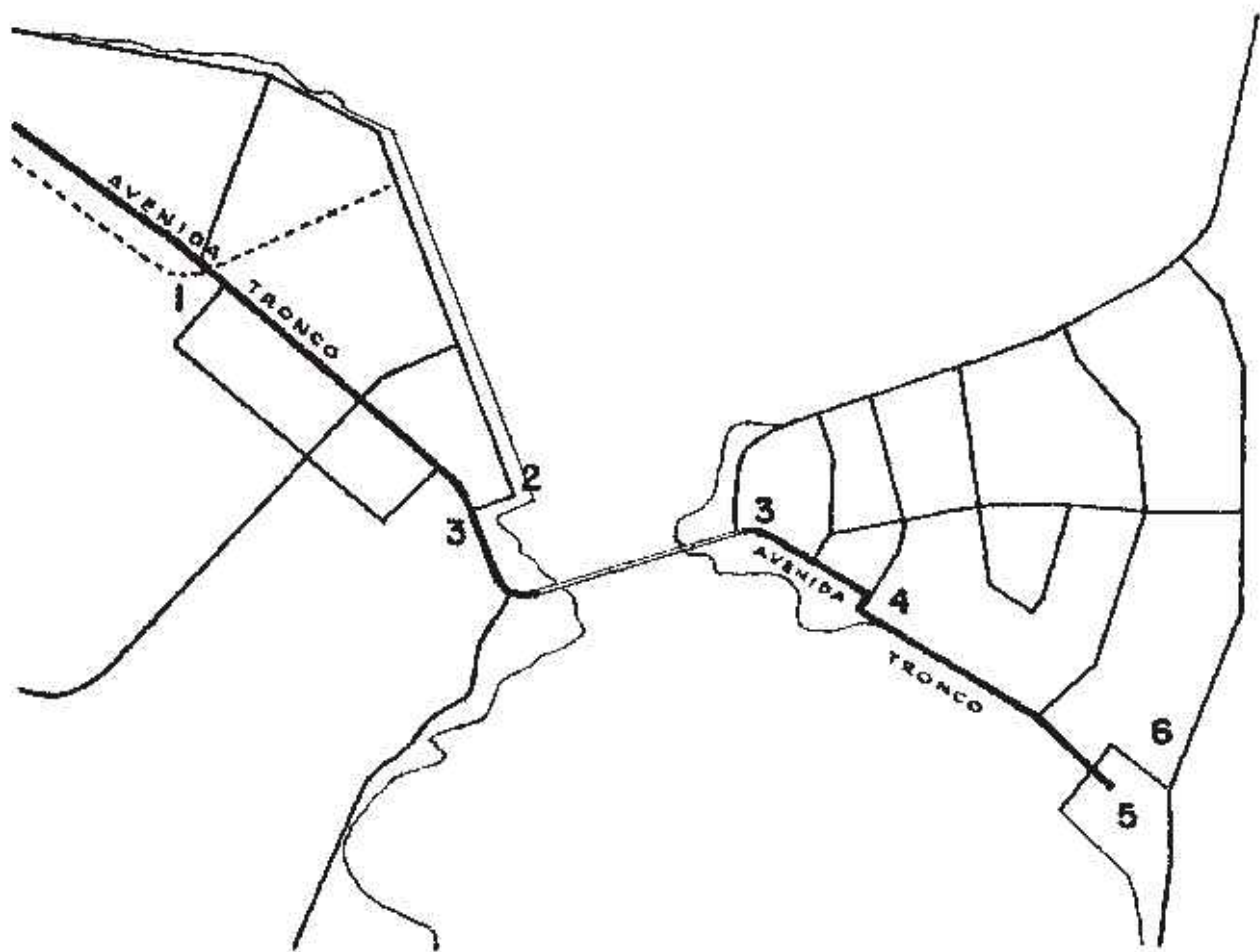
**Figura 4.** Foto da Trindade em primeiro plano. Ao fundo, os bairros Santa Mônica, Côrrego Grande, Itacorubi e Jardim Anchieta, 1992. In: SUGAI, 1994.



**Figura 5.** Esboços para o Centro Cívico e Universidade na Baía Sul - Florianópolis.  
*In: Plano Diretor de Florianópolis. 1954.*



**Figura 6.** Esboços para os Centros de Artes, Filosofia e Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.  
*In: Plano Diretor de Florianópolis. 1954.*



**LOCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS FUNCIONAIS**

- 1. — Estação ferroviária
- 2. — Estação marítima
- 3. — Estações rodoviárias
- 4. — Centro Cívico
- 5. — Cidade Universitária
- 6. — Estádio
- Linhas férreas

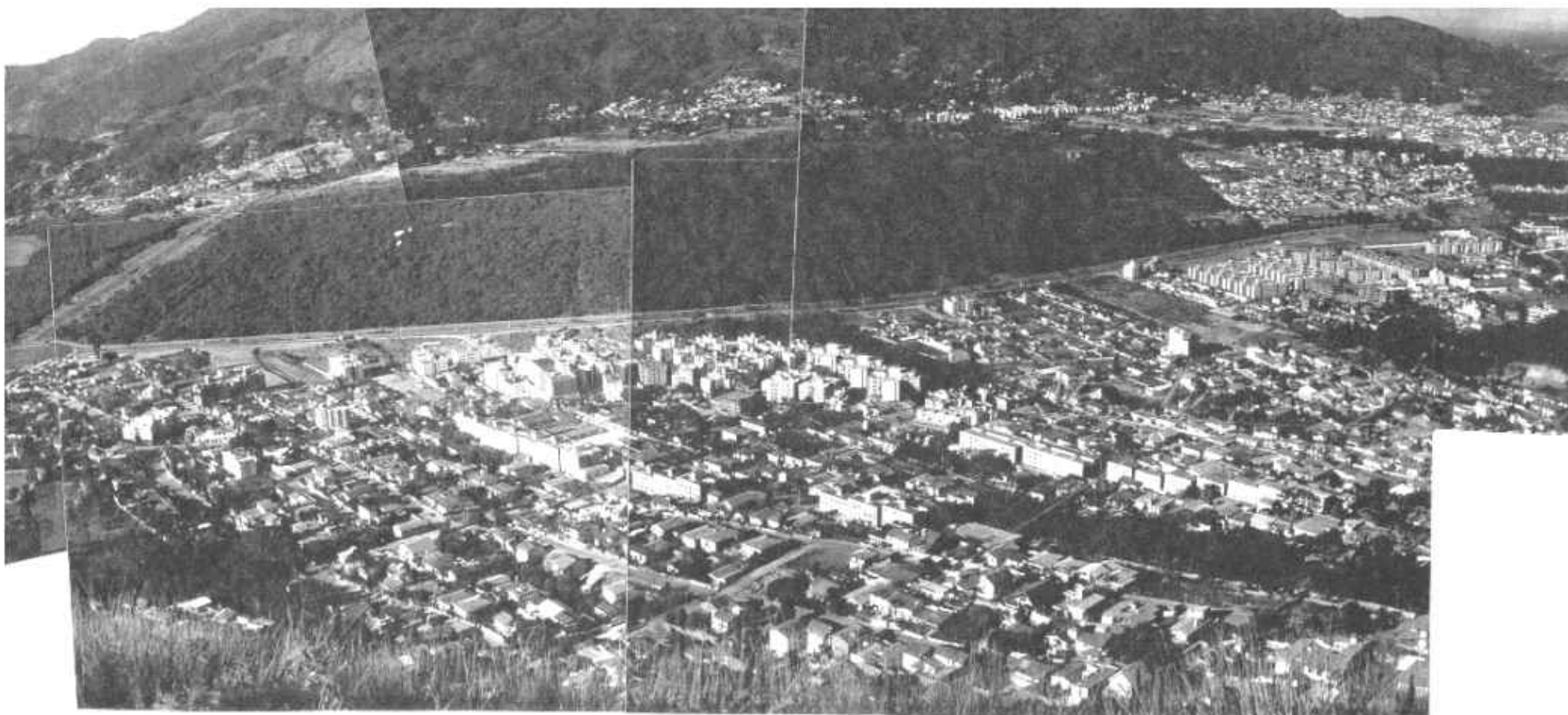
**Figura 7.** Plano Diretor para o Centro de Florianópolis  
*In: Plano Diretor de Florianópolis. 1954.*



**Figura 8.** Foto da Baía Sul, (anterior ao aterramento), 1992. In: SUGAI, 1994.



**Figura 9.** Foto da Baía Sul. No primeiro plano o Bairro Saco dos Limões, ao fundo o Bairro da Costeira do Pirajubaé, 1992. In: SUGAI, 1994.



**Figura 10.** Foto do Mangue do Itacorubi ,1992. *In: SUGAI, 1994.*

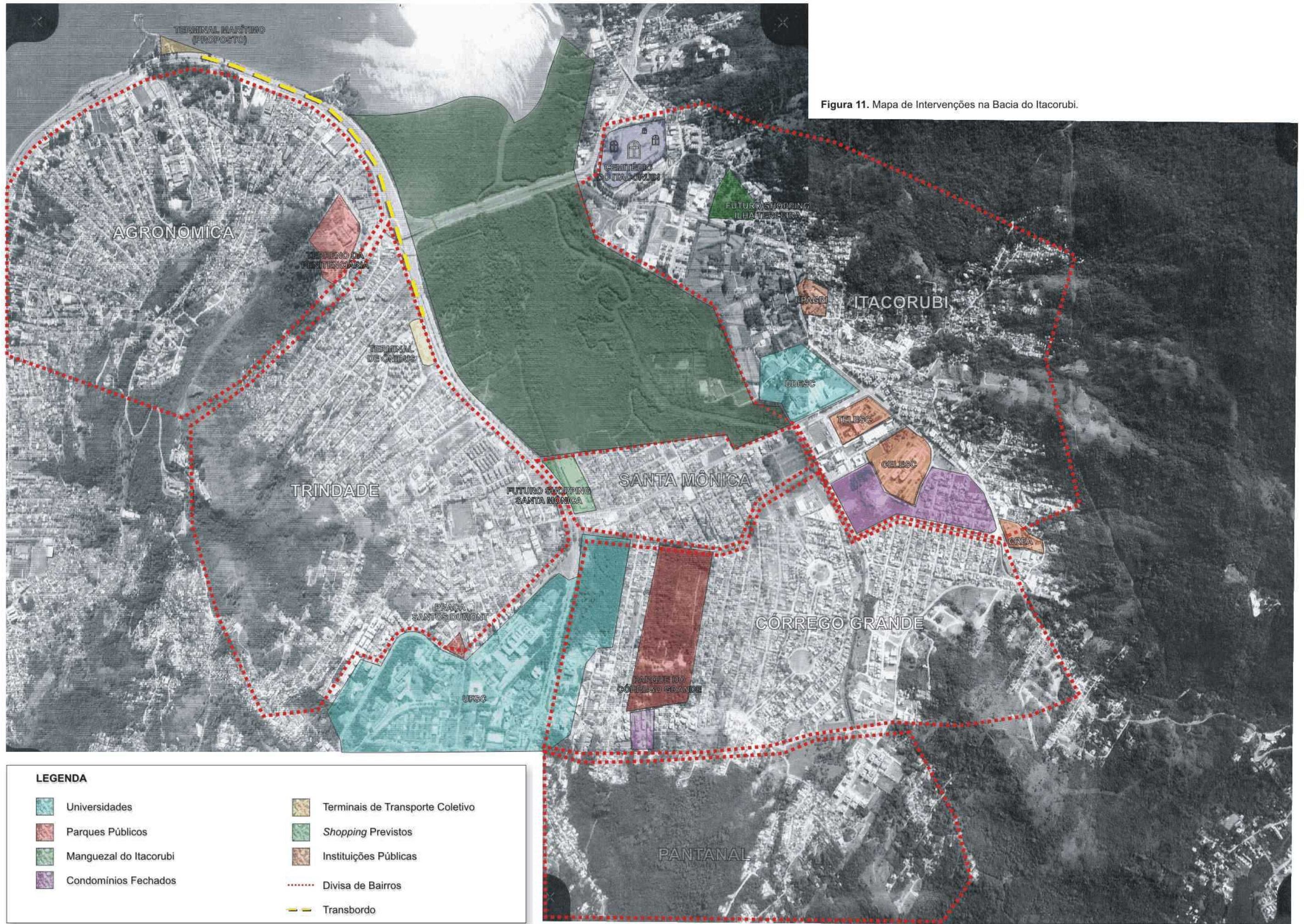


Figura 11. Mapa de Intervenções na Bacia do Itacorubi.